

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO****NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES****TEXTO COM REDAÇÃO FINAL*****Versão para registro histórico******Não passível de alteração*****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS****EVENTO:** AP c/ Convidado**REUNIÃO Nº:** 55726**DATA:** 04/06/2019**LOCAL:** Plenários das Comissões**INÍCIO:** 14:46**TÉRMINO:** 17:33

>O SR. PRESIDENTE (Helder Salomão. PT - ES) - Boa tarde.

Ao saudar todas e todos aqui presentes, declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizada em parceria com a Comissão de Cultura, destinada a debater liberdade de imprensa e comunicação e a cultura de violência contra jornalistas e comunicadores, uma concreta ameaça aos direitos humanos e à democracia.

Esta audiência atende a requerimento de iniciativa dos Deputados Túlio Gadêlha e Maria do Rosário, aqui presentes, aprovado no âmbito desta Comissão, e a requerimento de autoria dos Deputados Ailton Faleiro, Maria do Rosário, Chico d'Angelo, Jandira Feghali, Benedita da Silva, Áurea Carolina e Túlio Gadêlha, aprovado no âmbito da Comissão de Cultura. Para os jornalistas, 2018 foi um ano difícil. Foram 227 jornalistas agredidos, em 135 ocorrências de violência, o que significou um aumento de 36% em relação a 2017.

Para piorar o cenário em que a profissão está sendo exercida, um jornalista foi assassinado em razão de sua atividade, Ueliton Bayer Brizon, em Rondônia, crime que ainda não foi solucionado e os culpados punidos.

Se incluirmos neste contexto outras profissões da área da comunicação, a violência aumentou significativamente, com mais 58 profissionais agredidos. Para além da violência física, foram registradas incontáveis agressões verbais, ameaças, intimidações e cerceamentos do direito do exercício profissional.

Nesse panorama mais geral da comunicação, a violência letal atingiu um total de cinco profissionais, se contabilizarmos a execução de outros quatro radialistas, o que demonstra haver uma insegurança para o livre exercício do jornalismo e o direito de informar a população.

As eleições presidenciais de 2018, aparentemente, contribuíram para este aumento da violência contra jornalistas no Brasil. O acirramento de posições ideológicas, a escalada do autoritarismo, a utilização de notícias falsas com o objetivo de atingir a imagem de candidatos e jornalistas, a ausência de tolerância com o contraditório ajudam, a meu ver, a explicar um pouco deste fenômeno.

O ataque ao direito de informar através da censura ou da agressão e da violência é um atentado contra a democracia. Não é possível existir democracia, como bem pontua o teórico contemporâneo Robert Dahl, sem liberdade de comunicação. O processo democrático necessita de imprensa livre, assim como o acesso, por parte da população, a informações completas e de fontes seguras e que toda informação possa ser contestada, não podendo haver cerceamento ao contraditório.

Mais uma vez, a democracia não coexiste com censura, violência e ameaça na atividade de informar. A população necessita de informações não só para a tomada de decisões eleitorais, mas também para o controle social das atividades do Estado. É a partir deste difícil panorama do exercício profissional de jornalistas e demais trabalhadores da comunicação que vamos realizar esta audiência pública, sob a ótica da defesa dos direitos humanos desses trabalhadores e dos riscos para nossa estrutura democrática com o recrudescimento da violência contra a categoria.

Quero também, antes de dar prosseguimento à reunião, registrar a presença da Deputada Benedita da Silva, Presidenta da Comissão de Cultura desta Casa, além dos Deputados Túlio Gadêlha e da Deputada Maria do Rosário, que são proponentes desta audiência pública.

Diante disso, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (*palmas*); Sr. Leonardo Moretti Sakamoto, jornalista e cientista político (*palmas*); Sr. Cristiano Reis Lobato Flores, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT (*palmas*); Sra. Laura Tresca, Diretora Interina da ONG Artigo 19. (*Palmas*.)

Esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 15 minutos. As imagens e os sons desta reunião estão sendo captados para transmissão ao vivo pela Internet e também para posterior registro de áudio e transcrição.

A audiência pode ser acompanhada ao vivo na página da Comissão de Direitos Humanos e no Facebook. Por isso, solicito que falem próximos ao microfone. Após as intervenções dos integrantes da Mesa, abriremos a palavra aos Deputados presentes por 3 minutos. Em seguida, nós a devolveremos aos expositores da Mesa, para fazerem suas considerações finais, por um prazo por um tempo de 5 minutos.

Deputada Benedita, eu início presidindo. Depois V.Exa. me substituí aqui, para nós fazermos uma alternância na presidência desta audiência pública, até porque ela é uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Cultura desta Casa. Está combinado.

Vamos iniciar a nossa audiência com as exposições.

Concedo, primeiramente, a palavra ao nosso convidado Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por um tempo de 15 minutos.

**O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS** - Obrigado, Deputado Helder Salomão.

Também agradeço aos Deputados Túlio Gadêlha, Maria do Rosário, que fizeram a proposta de realização desta audiência, e saúdo a Deputada Benedita da Silva e todos os presentes.

Antes de tudo, quero agradecer, em nome do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o convite.

Esse é um tema sobre o qual já temos nos debruçado durante várias gestões passadas. Eu sou um servidor de carreira do Ministério do Planejamento. Atuo na área dos direitos humanos já há muitos anos, desde 1996. Então já acompanhei várias das gestões que passaram na área das políticas de direitos humanos. Em alguma medida também estou acompanhando essa temática relacionada à violência contra jornalistas, comunicadores.

Então acho que o primeiro ponto é ressaltar a relevância desta audiência para reconhecer, de fato, o contexto no qual vivemos, um contexto que, sim, tem revelado situações de ameaças, de riscos, de violências contra profissionais da comunicação. É importante compreender se, conforme o que está sendo proposto pelo título da audiência, a imposição de ameaçadas, a violência praticada contra comunicadores de fato são ameaças graves aos direitos humanos, tanto aos direitos pessoais desses profissionais, quanto ao contexto da profissão, da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão. Ainda devemos pensar no risco que isso traz para a nossa construção democrática, uma vez que são profissionais essenciais para o compartilhamento de informações, para a transparência, inclusive com as situações de denúncias, que são necessárias. É um papel que os nossos comunicadores exercem.

Por outro lado, precisamos reconhecer a complexidade de lidar com essas situações. São situações graves, dispersas. Muitas vezes não são fenômenos direcionados, com os quais você consegue rastrear as situações de ameaça que eventualmente redundem numa violência. Então o desafio é grande e crescente e demanda, sem dúvida, Deputado Helder Salomão, uma articulação ampla dos vários órgãos de Estado, tanto do Executivo, quanto do Legislativo, cujos membros estão aqui presentes debatendo nesta Mesa, mas também de todo o sistema de Justiça - Defensoria Pública, Ministério Público e o Poder Judiciário, que precisam dar um foco central a isso, uma vez que, além das situações da ameaça verbal, da ameaça em redes sociais, da violência nas ruas, também há uma situação que envolve eventuais censuras ao trabalho de jornalistas, o que ocorre especialmente, a partir da demanda, no âmbito do sistema judicial.

Minha responsabilidade no Ministério, dentro da Secretaria Nacional de Proteção Global, é a Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos. Entre as nossas atribuições estão os sistemas de combate à tortura e ao trabalho escravo, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

Gostaria de relatar aqui que na última gestão eu estava lá no Ministério, e temos acompanhado, nos últimos tempos, um debate acerca dessa temática, com ênfase especial no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que tem a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão. No âmbito desse colegiado, as organizações da sociedade civil e os conselheiros do CNDH têm trazido o debate sobre as situações de violações contra comunicadores.

A partir inclusive de uma audiência convocada por essa Comissão do CNDH, nós realizamos, desde o ano passado, uma sequência de diálogos com organizações da sociedade civil dedicadas a jornalistas, à liberdade de expressão.

Fizemos alguns acertos, alguns combinados acerca de iniciativas que o Ministério deveria e poderia adotar naquele período, de acordo com as limitações impostas, o contexto e o tempo que ainda tínhamos à frente da Secretaria. Algumas pactuações foram feitas. Eu gostaria de relatá-las e de falar da situação das ações.

A primeira situação que nós identificamos é que tanto no âmbito do Disque Direitos Humanos, que é o nosso principal serviço de acolhimento a denúncias de violações de direitos, quanto no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que talvez seja o programa mais adequado para o tratamento dessas situações de violações e de ameaças, havia uma baixa demanda de comunicadores. Poucas denúncias foram registradas, poucas pessoas demandaram essa proteção especial concedida.

Então, o primeiro movimento junto às organizações que participaram desse debate foi no sentido de tornar mais conhecidos esses instrumentos. Fizemos, por exemplo, oficinas conjuntas. Estavam lá presentes Artigo 19, Repórteres sem Fronteiras, Instituto Vladimir Herzog e uma série de outras entidades. Compartilhamos informações e recebemos também dessas entidades orientações sobre as peculiaridades das situações vividas pelos nossos comunicadores quando ameaçados. Fizemos esse debate buscando internalizar no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos a atenção aos comunicadores.

Uma informação relevante: no ano passado todo - e isso já nos aponta para a necessidade ainda maior de divulgação junto a esse público -, apesar desse momento inicial feito, apesar das situações já relatadas pelo Deputado Helder, apenas sete denúncias foram registradas no âmbito do Disque Direitos Humanos e encaminhadas, então, para o Sistema de Garantia de Direitos, de modo especial o Ministério Público.

Quando iniciamos essa conversa, identificávamos apenas dois defensores do direito à liberdade de expressão, que imaginávamos tratar de comunicadores, acolhidos pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. De um total de cerca de 500 pessoas protegidas, eram apenas dois casos. Ou seja, a demanda é muito baixa.

Percebemos a necessidade, então, de reconfigurar esses dois instrumentos, adaptá-los, dar-lhes maior visibilidade para o segmento, de forma que eles pudessem estar aptos a atendê-lo de forma mais ampla. No ano passado, uma portaria ajustou inclusive o nome do programa para Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, fazendo uma descrição bem ampla de comunicadores como profissionais que são formados, que têm habilitação vinculada ao sindicato, mas também comunicadores em geral, pessoas que estão nas redes sociais fazendo esse papel de comunicar, de compartilhar informações. Com isso, se pretendia mostrar que o programa está disponível para ser acionado e atuar na proteção e no apoio a esses profissionais. Mas, de fato, não tivemos variação dessa demanda. O

número de atendimentos continuou baixo.

Além da oficina realizada, participamos de evento em São Paulo sobre a questão da proteção a comunicadores. Fizemos um encontro nacional dos programas de proteção a defensores de direitos humanos e reunimos todos os programas estaduais e o federal. Organizamos oficinas específicas para as nossas equipes técnicas estarem aptas a acolher denúncias e adotar as medidas protetivas adequadas. E, no final do ano passado, num esforço conjunto com o Governo do Distrito Federal, identificamos que o GDF dispõe de algumas iniciativas no âmbito do serviço público distrital, de atenção a situações de ameaça no âmbito de redes sociais.

Isso nos chamou bastante atenção porque temos percebido que muitas dessas situações de ameaça têm início ou se configuram nesse ambiente virtual.

Isso é um desafio imenso porque não necessariamente uma pessoa que está denunciando está armando algo para confrontar ou para gerar uma violência contra um comunicador. Muitas vezes se trata daquela situação dispersa, de manifestações contrárias que vão se avolumando, e que alguém, por alguma razão, ao encontrar esse comunicador, tem uma palavra mais ríspida, dá um empurrão, e pode-se configurar uma situação de violência.

Então, estamos iniciando essa construção, juntamente com o Governo do Distrito Federal, a partir de um convênio assinado para implantação do Programa de Proteção aos Defensores aqui no DF. Queremos aproveitar as experiências e buscar formas mais adequadas de tratar essas situações de ameaça no ambiente virtual.

Além disso, há algo que também nos foi demandado por esse conjunto de organizações. O Ministério também deveria ter uma palavra para a sociedade falando da importância do comunicador. No ano passado, nós lançamos campanhas em redes sociais. Lançamos a campanha *#Respeite o Comunicador*, com uma sequência de *cards* valorizando a atuação desses profissionais e apresentando o Disque Direitos Humanos como um canal de denúncia e um canal de acesso ao programa de proteção. Essa campanha voltou a circular neste ano.

Também lançamos a *#Cala boca já morreu*, que foi uma expressão que a área de comunicação entendeu interessante para ser trabalhada, uma expressão usada coloquialmente no País. E ainda lançamos uma cartilha chamada *Cartilha Aristeu Guida da Silva*, que traz informações sobre os padrões internacionais de proteção dos direitos humanos de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras. Essa cartilha surge a partir de uma recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na análise do caso do radialista Aristeu Guida, que foi assassinado no Rio de Janeiro. Correu todo um processo judicial, e a Comissão Interamericana entendeu que o Brasil deveria adotar outras iniciativas para proteção e valorização desses profissionais, fazendo sempre o vínculo da importância da sua atuação com a garantia de direitos humanos e o fortalecimento da nossa democracia.

Deputado, essas são as contribuições que trago, a partir deste meu lugar de fala. Estou à disposição para os diálogos posteriores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Agradeço a exposição inicial, feita pelo Sr. Herbert Borges Paes de Barros, representando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Antes de dar sequência, registro a presença do Deputado Aroldo Martins, membro desta Comissão. Os demais Deputados já foram anunciados.

Passo à exposição do Sr. Leonardo Moretti Sakamoto, jornalista e cientista político, por 15 minutos.

**O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO** - Boa tarde a todas e todos!

Eu quero cumprimentar, na figura do Deputado Helder Salomão, os demais integrantes da Mesa e agradecer o convite para estar conversando com vocês hoje.

O ano passado foi um tempo bem difícil para nós que somos jornalistas, para os comunicadores de uma maneira geral. Não só o período eleitoral, após agosto, mas o ano inteiro foi muito complicado. Eu estive ao lado de muita gente que foi agredida não apenas virtualmente mas também fisicamente.

Eu fui agredido fisicamente, não no ano passado, mas em anos anteriores. Eu acho que talvez a minha experiência possa ser bastante ilustrativa dos desafios que temos à frente.

A partir do momento em que o jornalista tem medo, tem receio por sua própria integridade física, por sua integridade psicológica ou por sua vida, um pilar fundamental da democracia é derrubado. Não há democracia de qualidade sem liberdade de expressão, sem liberdade de imprensa. A partir do momento em que os jornalistas de todo o País começam a temer pela sua vida, pela sua integridade ou pela da sua família, a nossa democracia sofre e não se efetiva totalmente.

Nos últimos 5 anos, eu tenho sido vítima de violência, das mais diferentes violências, exatamente por conta do meu trabalho. Eu sou jornalista há 24 anos; hoje coordeno a Repórter Brasil, uma organização não governamental de jornalistas; sou colunista do Portal UOL, onde escrevo diariamente sobre política e direitos humanos; sou professor de jornalismo na PUC de São Paulo; e acredito que alguns me conheçam pelo fato de que há 20 anos eu atuo no combate ao trabalho escravo. Eu sou Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão em Genebra e sou Comissário da Comissão Global do Setor Financeiro para a Escravidão Moderna e o Tráfico de Seres Humanos em Nova York, pela ONU. De certa forma, por conta disso eu tenho um anteparo extra que me acompanha, que é o anteparo das Nações Unidas.

No ano passado, no final do ano, eu tive uma audiência com a Alta-Comissária de Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em Genebra para contar da minha situação, das agressões e tudo mais. Da mesma forma, eu também já havia tido audiências com a Procuradora-Geral da República, a Dra. Raquel Dodge, com Procuradores da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, entre outras figuras do Ministério Público Federal, que receberam depoimentos meus de sucessivos casos - inclusive registrados, pois alguns deles foram encaminhados à polícia para investigação - de violência.

Trouxe alguns casos ilustrativos para vocês entenderem a complexidade desse processo. Em 2015, eu comecei a receber uma série de ameaças *on-line* - ameaças de morte, ameaças de agressão, difamações - acusando-me de desvio de dinheiro público e coisas do gênero. Eu fui descobrir, depois, que a origem dessa informação era de um *site* que havia produzido uma notícia falsa e que havia sido bombado na Internet por um anúncio pago no Google. Assim, quando alguém digitava "Leonardo Sakamoto", "Sakamoto" ou "Blog do Sakamoto", aparecia como primeiro achado no Google esse link,

que era pago. Ou seja, alguém tinha pago ao Google para difamar uma pessoa.

Graças aos advogados do UOL, da *Folha*, que diligentemente encamparam para descobrir quem fez isso, uma vez que o Google de pronto não quis oferecer o nome de quem pagou o anúncio - afinal de contas havia um sigilo fiscal, que foi mais importante do que a questão da integridade do atingido -, através de quebras desse sigilo na Justiça e depois rastreamento e identificação dos IPs, conseguimos descobrir. Pelo menos nos dados, nos registros do próprio Google, aparece que quem havia solicitado e pago o anúncio era a empresa JBS. Sobre isso até saíram várias matérias na época. Saiu na *Folha de S.Paulo: Papéis sugerem ação da JBS contra o jornalista Leonardo Sakamoto*. Isso também saiu no *The Guardian*, saiu em uma série de veículos dos Estados Unidos e da... Aliás, saiu mais fora do que dentro, para falar a verdade, sobre o ocorrido. O grande problema da história... Eu, como jornalista, cubro... Minha equipe e eu atuamos com jornalismo investigativo para identificar problemas ligados ao meio ambiente, ao trabalho, entre outras coisas. Então, estamos no foco, não só eu, mas uma série de colegas. Estamos no foco do poder econômico e do poder político, por conta dessa transparência que damos a esses processos.

Isso me causou um problema muito grande, fui cuspidado na rua, fui derrubado na rua por causa disso. De tanto as pessoas ouvirem que tal jornalista é um bandido e o mal encarnado, elas passam a acreditar nisso. Aí está a beleza e a grande diferença entre os ataques aos jornalistas de antigamente e de hoje, aos ativistas pelos direitos humanos de antigamente e de hoje. Para falar a verdade, nem existe a ordem de atacar, no sentido de que há uma sobreposição constante, entrega-se constantemente ódio contra uma pessoa ou contra um grupo de pessoas. Esse ódio vai se sobrepondo, vai se sobrepondo. Não há ordem de esfaquear, de atirar ou de matar, mas o esfaqueamento, o tiro, a porrada se torna quase uma ação divina, no intuito de restabelecer a ordem, diante do caos. Não é preciso alguém mandando: "*Vá lá e acabe com aquela pessoa!*" O ódio está difundido na sociedade contra uma pessoa ou contra um grupo de pessoas, e muita gente vai ser convencida por esse ódio e vai fazer o serviço. Eu não fui cuspidado por alguém que ouviu: "*Vá lá e cuspa no Sakamoto*". Eu não fui derrubado por alguém que ouviu: "*Vá lá e derrube o Sakamoto*". No segundo turno das eleições do ano passado, eu fui parado três vezes na rua por grupos de homens que me falavam claramente: "*Quando virar o ano, você está morto*". Ninguém os mandou fazer isso, mas não é preciso. Isso assusta, porque é diferente.

Eu acompanhei durante muitos anos o finado e saudoso Frei Henri des Rozières, da Comissão Pastoral da Terra. O Frei Henri andava com segurança 24 por 7, em Xinguara, para não morrer, por conta das ameaças de morte contra ele no sul do Pará. Henri sabia de onde estavam vindo as ameaças. Claro que eu não estou querendo comparar minha situação com a dele - pelo amor de Deus! -, porque a dele era muito pior. As pessoas sabiam de onde estavam vindo as ameaças, e isso, pelo menos, fazia com que fosse possível criar uma defesa específica para isso, ainda que transformasse a vida dele num calabouço, cercado de policiais o tempo inteiro. O problema é quando isso é difuso a tal ponto que qualquer ser humano na rua que não goste de você, ou que foi doutrinado para não gostar de você, muitas vezes em cima de mentiras, de notícias falsas, de fraudes, de distorções, torna sua vida um caos, torna sua vida um inferno. Ainda hoje eu tenho que responder por conta dessa informação que foi bombada de forma irresponsável, pelo que indicam as investigações, por conta de outra empresa.

Aconteceu em 2016 outro caso, em que uma matéria falsa, uma entrevista de perguntas e respostas criada por um jornal em Minas Gerais... Foi falsa, porque nunca dei entrevista para esse jornal. Isso foi feito contra mim, dizendo que eu havia dito que aposentados eram inúteis à sociedade e mereciam ser reciclados. A capa tinha minha foto e tudo isso mais. Isso também causou muitas ameaças de morte: "*Eu vou matar você e vou matar seus pais*". Quando eu digo muitas, não são duas ou três, são dezenas. Tanto é que, depois, com o tempo, isso foi devidamente comunicado ao Ministério Público Federal, que pediu que a polícia checasse, verificasse, investigasse as pessoas que fizeram essas ameaças. O jornal em questão se desculpou, dizendo que também tinha sido vítima de uma fraude, que havia sido engano, porque recebeu uma entrevista pronta, o que não é verdade. Mas pouco importa, porque até agora sou parado na rua por gente que quer me bater, porque eu seria matador de idosos.

Novamente, há um ódio difuso, que reforça o ódio já existente dentro das bolhas da Internet. A Internet tem uma série de bolhas, uma série de comunidades que se formam por conta de comportamentos semelhantes, de comportamentos iguais. As redes sociais acabam contribuindo e ajudando a aprofundar esses grupos, fazendo com que as pessoas acabem não recebendo informação fora desses grupos. Quando um desses grupos que já não gosta de direitos humanos, que já não gosta de jornalista recebe a informação de que um jornalista quer matar idosos, vai acreditar. Uma das tendências das câmaras de eco, das câmaras de reverberação das redes sociais é que tendemos a achar que é verdade tudo aquilo em que acreditamos, e tendemos a achar que é mentira tudo aquilo do qual discordamos. Se acreditamos que tal pessoa é o demônio encarnado, ela vai ser. Essa informação mentirosa vai ser levada como correta e vai ser base de transmissão de ódio. O grande problema é que esse ódio não fica restrito às redes sociais, mas ele transborda.

Há uma sensação de proteção no anonimato, no *black mirror*, na tela escura. Tendemos a achar que há um pretenso anonimato por trás de um telefone celular, de um *tablet* ou de um computador. Quando isso se rompe, as pessoas vão para o dia a dia, vão para a rua fazer as mesmas ameaças, acham que ainda estão protegidas por esse tipo de anonimato. E não estão. Isso é assustador.

Eu posso citar uma série de outros colegas, como Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, entre outros tantos, que no ano passado foram agredidos pelas redes sociais, foram ameaçados por conta desse ódio.

O grande problema nessa história inteira é como criar proteção para os jornalistas nesse sentido. Eu saúdo o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que é importantíssimo, mas é preciso criar novas ferramentas. As ferramentas existentes dão proteção limitada, não adianta colocar um carro de polícia na frente de uma redação, na frente da casa de um jornalista que está sendo alvo de uma campanha de difamação. Não adianta, porque não é uma pessoa, pode ser qualquer um que foi instado, que foi formado para isso. Qualquer pessoa que passou por essa formação negativa pode chegar a esse ponto.

Deve-se censurar? Não, eu não acho que censura é o caso. Eu não acho que censura prévia também... Isso nem é constitucional. Não se está discutindo isso. Mas é preciso criar formas de responsabilizar civilmente, não criminalmente, as pessoas que tocarem campanhas de difamação contra profissionais da imprensa e contra suas famílias. Uma das táticas

mais comuns de ataque não é dirigida necessariamente só ao jornalista, mas às suas famílias.

Aqui há Deputados e Deputadas que já passaram por isso e que sabem o que significa ter um familiar, uma filha, um filho atacado por conta disso. As redes sociais vão ser usadas, porque sabem que atingem.

Eu acredito que deve haver uma ação. A Polícia Federal tem que atuar mais firmemente no processo de identificação desses ataques contra a imprensa. Tem que investigar e tem que responsabilizar, nem que seja uma responsabilização civil. Tem que fazer uma responsabilização sobre isso, caso contrário vamos continuar a ter esses problemas.

Há uma sensação de impunidade, e acabamos perdendo por causa disso. Nem todo colega de imprensa tem advogado, como no meu caso, tanto do lado da Repórter Brasil quanto do lado do UOL, que vão me defender em todas as circunstâncias, quando for necessário. Uma hora, muitas pessoas cansam e começam a passar para a autocensura, ou seja, não falam algo porque têm medo de apanhar física ou virtualmente. Num segundo momento, eles mesmos param de falar de determinado assunto. Muita gente fez autocensura, muita gente largou seus blogs, muita gente mudou de área de cobertura na imprensa por conta disso.

Não sei como... Tenho várias sugestões, mas não é o momento de falar.

Acredito que as lideranças sociais, políticas e econômicas têm especial responsabilidade nesse processo. Estamos numa situação de ultrapolarização na sociedade, não estamos ouvindo o outro lado. Estamos de um lado e não ouvimos o outro lado. Não só não estamos ouvindo, mas há uma dificuldade de encarar as pessoas que pensam diferente como iguais. O grande problema numa situação como essa é que muitas lideranças, em vez de baixarem o fogo no intuito de abrir pontos de diálogo, nós estamos estreitando essas pontes de diálogo. O problema é que as pontes estreitas de diálogo em nível federal reverberam até a vida das pessoas, e há uma desumanização de determinadas pessoas. O jornalismo está passando por um processo de desumanização junto à sociedade. As pessoas não estão olhando os jornalistas como se fossem profissionais, como se fossem atores que contribuem para a liberdade democrática. Estão vendo muitos jornalistas como o demônio, como o mal encarnado ou como qualquer coisa que a religião de vocês pode... pode... pode inserir como essa história do mal. Então, sim, essas lideranças precisam baixar o fogo. Caso contrário, qualquer ação em nível social ou da sociedade vai ser inútil.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Agradeço ao Sr. Leonardo Moretti Sakamoto.

Sakamoto, embora já conheçamos muitos dos fatos que você narrou, esse foi um depoimento forte. Esta Comissão, juntamente com a Comissão de Cultura, realiza esta audiência pública a requerimento de quatro Deputados que estão aqui. Inclusive, quero anunciar a presença do Deputado Chico d'Angelo, que é um dos requerentes, e também do Deputado Filipe Barros, que é membro desta Comissão. Esse foi um depoimento forte.

É importante que tenhamos a capacidade de debater esse tema com a profundidade e com a objetividade que ele precisa ser encarado. De fato, nós estamos num momento de ultrapolarização, como você disse. Há, efetivamente, um aumento não só da violência contra jornalistas, mas um efetivo acirramento entre quem tem pensamentos e práticas diferentes. O discurso de ódio e intolerância tem crescido muito, o que é lamentável.

O ser humano, na sua diversidade, ensina e aprende. O Guimarães Rosa disse que mestre não é quem ensina, mestre é quem de repente aprende.

Então, para ser mestre, não é necessário ser detentor de todos os conhecimentos, mas ter a capacidade de ouvir e aprender com o outro. É Guimarães Rosa que nos ensina. E, considerando os pensadores da educação, especialmente Paulo Freire diz que ninguém conscientiza ninguém, nós é que tomamos conhecimento e criamos a nossa própria visão de mundo e a nossa própria opinião.

Enfim, é um depoimento forte. Quero colocar inclusive a Comissão de Direitos Humanos à disposição - creio que também o fará a Comissão de Cultura -, porque casos como o seu são emblemáticos e sabemos que existem centenas, milhares de outros.

Eu falei aqui no início que, de 2017 para 2018, houve um aumento de 36% em relação ao ano anterior, houve 135 ocorrências de violência praticada contra jornalistas. E, de fato, podemos dizer que, se a sociedade não respeita a liberdade de imprensa e os jornalistas, a nossa democracia está profundamente comprometida. É fundamental que esse debate seja levado a sério por esta Casa e pela sociedade brasileira.

Agradeço, porque, de fato, você fala de um lugar de quem vivência essas agressões, essas difamações que acontecem todos os dias. E nas redes sociais as pessoas se sentem mais encorajadas. O problema é que o comportamento nas redes se traduz no comportamento das pessoas no dia a dia, em todos os lugares que nós frequentamos.

Dando continuidade aos trabalhos, passo à próxima exposição, com o Sr. Cristiano Reis Lobato Flores, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT.

O senhor tem o tempo de 15 minutos também.

**O SR. CRISTIANO REIS LOBATO FLORES** - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar os Presidentes das duas Comissões da Casa, Helder Salomão e Benedita da Silva.

Agradeço, Deputado Túlio, o convite que V.Exa., em conjunto com a Deputada Maria do Rosário, formalizaram para a composição desta Mesa. Principalmente pelo convite à ABERT, gentileza que eu faço questão de agradecer. Muito nos honra estarmos aqui hoje.

Quero cumprimentar o Deputado Aroldo Martins, o Deputado Filipe Barros e o Deputado Chico d'Angelo. É um prazer estar com os senhores.

Cumprimento também as demais pessoas interessadas, sobretudo os assessores e Deputados que aqui se fazem presentes.

Inicialmente, Deputado Helder, eu queria registrar que realmente fiquei impressionado com o que o Sakamoto nos trouxe. Não foi uma apresentação, foi um depoimento. É interessante notar que eu estive justamente nesta Casa e nesta Comissão em 2016 falando sobre o mesmo assunto. E os dados que nós trazemos aqui são mais alarmantes do que os do ano de 2016, justamente por conta do que o Sakamoto compartilhou conosco neste depoimento, o incremento da Internet e das *fake news* e dos discursos de ódio e o acirramento da bipolarização e da violência contra os profissionais de comunicação.

Ao mesmo tempo em que a Internet se demonstra um grande aliado, uma tecnologia hoje indispensável - falamos hoje de 5G, falamos hoje de robótica, falamos hoje de Internet das coisas, falamos hoje de inteligência artificial -, nós temos que lidar com a utilização humana dessa ferramenta.

E, na questão do conceito, do que se traduzem as *fake news* - justamente as crenças pessoais se sobrepõem à realidade dos fatos -, nada melhor do que o alvo ser o jornalista, que é aquele que tem a missão de levar os fatos à sociedade. Então temos aí, literalmente, a conjugação de dois fatores que trazem, de forma exponencial, a figura dos comunicadores como alvo.

Não tenham dúvida de que toda violência perpetrada contra os comunicadores de forma geral, e aí incluo todos os profissionais de comunicação, cinegrafistas, fotógrafos, se traduz, ao fim e ao cabo, numa tentativa de embaraço à atividade jornalística e sobretudo ao direito de informar e ser informado que o cidadão detém constitucionalmente. Eu gosto muito de uma frase que o nosso saudoso ex-Ministro Ayres Britto fala: não existe liberdade de imprensa pela metade. A liberdade de imprensa, segundo a Constituição, é plena, e é assim que ela deve ser encarada.

Hoje, os cerceamentos por conta dessas tecnologias são de toda ordem e complexos. E até certo ponto são públicos - advêm também de agentes públicos -, mas sobretudo privados. Eles advêm do confronto de ideias entre os cidadãos. A ABERT representa hoje 3 mil veículos de comunicação - são mais de 2.700 emissoras de rádio e 300 emissoras de televisão, quase 90% do setor. Preocupados com isso, desde 2014 nós vimos publicando um relatório de violações à liberdade de expressão, trazendo nesse conjunto justamente todas as violações perpetradas aos comunicadores e também aos veículos, que são uma forma de atentado e de violência à democracia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se o senhor me permite, Presidente, eu gostaria de passar, de uma forma muito abreviada, alguns dados que são relevantes, com base nesse controle. Em 2018, conforme o relatório que nós divulgamos em fevereiro deste ano, houve três mortes de radialistas no exercício da profissão e 114 crimes praticados contra profissionais e sobretudo veículos, que, no conjunto, no total, alcançam 165 profissionais de imprensa. Às vezes um crime alberga mais de uma pessoa violentada. Qual dado é importante trazer a V.Exas.? Houve um incremento da violência. Para os senhores terem ideia, no ano de 2017 houve uma morte, então houve um crescimento de 200%. Em 2018 houve 114 casos de violência não letal. Comparando com os 76 ocorridos em 2017, então alcançamos a marca de quase 50% de aumento de violência não letal praticada contra os profissionais de comunicação.

Em relação às mortes, é possível achar uma linha mestra do perfil desse tipo de ocorrência. Foram mortos três radialistas de pequenas emissoras de cidades do interior que justamente denunciavam crimes ocorridos nas suas localidades. Dessas mortes, duas já foram solucionadas, e dois mandantes são justamente Vereadores das localidades que não se conformavam com as denúncias divulgadas por esses radialistas. O outro caso, o do Marlon Carvalho, segue sob investigação, mas a linha investigativa já demonstra que se trata de crime ocorrido em exercício da profissão.

No Repórteres sem Fronteiras, os senhores verão o registro de quatro radialistas, mas, com a pesquisa que a ABERT desenvolveu, vimos que em um desses casos o crime não ocorreu em virtude do exercício da profissão. Esse foi um caso privado, que envolveu o assassinato desse radialista. O interessante é que vemos a questão da impunidade, que foi justamente destacada pelo Sakamoto. Todos já haviam formalizado o boletim de ocorrência. Então, além do ingrediente da impunidade, há a falta de zelo e cuidado com esses radialistas e também uma linha mestra que demonstra como a impunidade prospera nesse tipo de crime.

Nos casos de violência não letal, eu queria chamar a atenção para um ponto: embora tenhamos 114 casos, o número se aproxima muito da informação repassada por V.Exa., Deputado Helder, porque não computamos, no Boletim de 2018, os crimes praticados pela Internet. Fizemos uma parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI e vimos que, apenas no período eleitoral, para os senhores terem uma ideia, foram computados mais de 80 casos de crimes virtuais praticados contra comunicadores no exercício da profissão. Se somarmos os 114 com 86, alcançamos facilmente o número de 200 ocorrências de crimes.

O que chama a atenção nesse eslaide? Os casos de agressões. Por quê? O ano de 2018 foi conturbado. Deram notoriedade a diversos fatos de interesse público. Isso levou a um antagonismo político e ideológico, que hoje permeia a nossa sociedade. Houve a paralisação dos caminhoneiros, houve a prisão de agentes públicos e empresários e houve o evento eleitoral, que é sempre significativo. Mas não dá para desconsiderar que, embora tenha havido esses eventos que permearam a nossa sociedade, o incremento do discurso de ódio na Internet foi o potencializador do incremento da violência contra esses profissionais. E isso não é um múnus brasileiro, é uma tendência mundial. Todos os países estão convivendo com o aumento da violência contra os comunicadores, e não só contra eles, mas também contra as pessoas. Todos aqui usam redes sociais e sabem como funciona quando uma pessoa tem a coragem e a aptidão de compartilhar suas ideias no ambiente da Internet.

Perfil dos agressores. Eu chamo a atenção para isso, porque consultamos inclusive *experts* para entender um pouco esse fenômeno ligado aos manifestantes, sobretudo nos confrontos ocorridos nas ruas. Os *experts* afirmam, assim como o Sakamoto bem informou, que os manifestantes têm dificuldade de entender que o jornalista que está ali é um trabalhador com a missão de levar informação. Eles veem a figura do comunicador como uma pessoa que está justamente contra, levando a desinformação. Esse é justamente o ingrediente que potencializa o acirramento do confronto de ideias e as agressões verbais ou físicas a esses profissionais.

No caso dos agentes públicos, é a mesma coisa. Destaco que, em 2016, houve muito essa figura envolvendo as forças policiais. Naquela ocasião, os policiais viam os comunicadores como inimigos, justamente pelo fato de estes poderem eventualmente divulgar eventuais excessos e abusos de parcela daqueles agentes, que têm justamente a missão de dar segurança a essa cobertura jornalística.

O fato positivo que talvez possamos trazer é justamente que o uso abusivo ou indevido da força policial diminuiu em relação aos anos anteriores, muito pelo trabalho educacional que vem sendo realizado junto às forças policiais.

No conjunto da obra, dentro dessa parceria, é possível também trazer alguns dados muito relevantes do Repórteres sem Fronteiras. No *ranking* mundial da liberdade de imprensa, eles colocam o Brasil na 105ª posição entre os países mais perigosos para a prática do exercício do jornalismo. A rigor, entre 2017 e 2018, o Brasil figurava na 102ª posição do *ranking*. Este ano, conforme resultado divulgado agora em março, o País alcançou a 105ª posição entre os países mais perigosos. Para V.Exas. terem uma ideia do que estamos falando, o Brasil se encontra hoje, em relação à tolerância com o jornalismo, muito próximo a países como Moçambique, Quênia, Paraguai, Líbano, Kuwait, Angola e Nepal. É desse nível de respeito à atividade jornalística exercida no Brasil que estamos falando.

A próxima informação, para mim, é alarmante. Quando vemos os dados do Comitê para a Proteção de Jornalistas, o quadro é ainda mais gravoso. O Brasil está na 10ª posição do *ranking* dos países com maior nível de impunibilidade. Nos últimos 10 anos, fez-se um levantamento dos 14 países mais impunes do mundo. Esse é um estudo que se renova a cada década. Eles têm estudos de 2007 a 2017, de 2008 a 2018. Esse que estou apresentando foi o último, em que o Brasil aparece com 17 crimes impunes, ficando na 10ª posição. Esse resultado mostra que estamos próximos de países como Iraque, Afeganistão e Paquistão, no quesito impunidade. Tentando ser um pouquinho propositivo, parece-nos bem óbvio que esta seja uma das medidas que têm que ser atacadas: a impunibilidade.

Esta Casa já apresentou alguns projetos de lei que tramitam desde o ano de 2014. Alguns são mais polêmicos, como transformar o crime contra profissionais da comunicação em hediondos; outros, menos polêmicos e mais resolutivos no sentido de se federalizar o crime contra jornalistas. Esses projetos tramitam na Casa, estão em andamento. São discussões que hoje existem e que buscam tratar desse tema da impunibilidade. Compreendemos a necessidade dos projetos de lei, mas entendemos que, mais do que se transformar em um crime hediondo, é preciso evoluir nas políticas públicas, para que literalmente identifiquem as pessoas e apliquem a devida pena. Isso é muito parecido hoje com o que temos em relação aos crimes de trânsito, em que se tem um contingente relevante de crimes praticados e pouca punibilidade no campo prático, tanto na esfera civil quanto na penal. Então, a questão da impunibilidade merece um destaque nessa discussão.

O segundo ponto que merece atenção - na linha do que já foi abordado aqui - é a necessidade de se continuar investindo na política educacional, sobretudo na midiática. Hoje grande parte dos crimes contra os profissionais são cometidos pela Internet, nos seus *blogs*, nas suas páginas pessoais e nas páginas dos respectivos veículos. Portanto, temos que evoluir na educação midiática, porque ela é o exercício da cidadania. Pessoas conscientes compartilham informação e não desinformação. Hoje o que está em discussão é justamente isto: o nível de intolerância e ódio faz com que pessoas compartilhem desinformação, e isto gera uma onda de ataques a esses profissionais de comunicação.

Um ponto que acho importante ressaltar - e concordo com você, Sakamoto - é que temos que evoluir, sim, na responsabilidade civil dos usuários que praticam esse crime. Eu vi que você citou uma empresa de tecnologia como força motriz justamente de tudo aquilo que você passou. Essas empresas hoje, embora se apresentem como de tecnologia, compartilham informação e são monetizadas por anúncios publicitários. Uma questão em que temos que evoluir de forma séria - e nos parece que a solução passa por esta Casa - é a responsabilização daquelas empresas que, de alguma forma, se monetizam com esse tipo de negócio. Não é possível que haja o exercício de uma atividade econômica com responsabilidade zero em decorrência de danos causados a pessoas e a profissionais de comunicação.

Vejam, por exemplo, os veículos de comunicação no Brasil. Eles têm responsabilidade civil, editorial e até penal, a partir do momento em que uma propaganda, sobretudo um conteúdo, é considerada indevida, inclusive com direito de resposta. Essas mesmas regras hoje não alcançam, por uma lógica de assimetria, as empresas que se dizem de tecnologia. Então, temos que evoluir nessa discussão, porque há, sim, a monetização de um negócio na Internet. Isso acaba gerando, sim, tanto o discurso de ódio, como também uma onda de *fake news*, que invariavelmente acabam agredindo e atingindo a honra de profissionais da comunicação e também de pessoas comuns, que exercem suas atividades cotidianamente. Trata-se de uma discussão séria, que demanda zelo e cautela, porque liberdade de expressão pressupõe responsabilidade, mas há uma linha muito tênue entre esta e a censura. Nós temos que ter muito cuidado com a forma como é tratada essa questão. Eu trouxe aqui, Sr. Presidente, dois exemplares do relatório para compartilhar com as duas Comissões.

Agradeço a gentileza de ceder espaço à ABERT. Nossa associação está à disposição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PL - MG) - Sr. Presidente, eu poderia falar por 30 segundos?

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Pois não, Deputado.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PL - MG) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a Comissão de Cultura, porque aprovamos um requerimento de repúdio à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de Belo Horizonte, que tratou mal, agrediu dois repórteres da TV Alterosa, de Belo Horizonte.

A Comissão de Cultura, corajosamente, levantou-se nesse contexto e aprovou a moção de repúdio à CBTU, que agrediu esses dois repórteres. A CBTU não faz um bom trabalho em Belo Horizonte, e os repórteres estavam fazendo o trabalho deles, com dignidade. Eu só queria ratificar isso.

Desculpem-me os oradores, mas eu não poderia deixar de usar este tempo para mencionar isso e parabenizar a Comissão de Cultura, que está junto aqui agora com a Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Obrigado, Deputado Lincoln Portela.

Vamos, então, dar sequência à nossa audiência pública.

Teremos agora a última expositora, a Deputada... a Sra. Laura Tresca, Diretora interina da ONG Artigo 19.

Quem sabe não será Deputada um dia? V.Sa. dispõe de 15 minutos. *(Risos.)*

**A SRA. LAURA TRESCA** - Parabéns às Comissões por promoverem um debate tão relevante para a nossa democracia!

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu acho que a liberdade de imprensa dialoga um pouco com aquela ponte de que o Leonardo Sakamoto falou, porque ela atinge vários espectros ideológicos. Esta audiência está acontecendo 4 dias, 5 dias depois do primeiro assassinato de um

jornalista neste ano. O nome dele é Robson Giorno e ele é uma pessoa do espectro ideológico da direita. Isso não atinge só um espectro ideológico, mas todos os espectros ideológicos da sociedade.

Eu trouxe alguns dados também porque a Artigo 19, desde 2012, faz relatórios anuais, investigando violências graves, casos que trazem ameaça à vida das pessoas. Somos uma equipe pequena, não conseguimos investigar todas as violações. Então, temos um foco muito específico nas ameaças à integridade física. Os dados variam de uma organização para outra, porque dependem um pouco do critério adotado. Algumas organizações só contabilizam os profissionais sindicalizados, outras só contabilizam profissionais que têm um diploma. No nosso caso, incluímos, por exemplo, comunicadores comunitários, blogueiros. Nós temos uma percepção mais ampla de comunicador.

No acumulado de 2012 a 2018, houve 226 casos. Nós fizemos um levantamento, no ano retrasado, em 2017, dos homicídios de 2012 a 2014. Este era o status de cada um dos casos: apenas três tinham gerado sentença. O Conselho Nacional do Ministério Público lançou, no mês passado, um levantamento sobre as investigações e as condenações das mortes de jornalistas desde 1995. Foram 64 assassinatos, e só metade deles teve uma ação de julgamento.

Aí eu queria trazer para vocês um caso específico, para entenderem o cenário de impunidade, que é o caso do Valério Luiz, que acompanhamos há muito tempo, desde os primeiros momentos, de quando ocorreu o assassinato dele. Ele foi um jornalista esportivo em Goiânia. O julgamento do caso dele estava marcado para acontecer há 1 mês ou há 2 meses, e simplesmente o juiz alegou que não ia fazer o julgamento porque o Tribunal de Justiça de Goiânia - estamos falando de uma capital no Brasil, não estamos falando de uma comarca pequena - não tinha condições de fazer um julgamento de tamanha repercussão pública. *"Então, como eu não tenho um espaço adequado para fazer esse julgamento, eu não vou fazer, não vou julgar."* Isto me parece um absurdo, tamanha desculpa para não fazer esse julgamento, e é um pouco representativo das condições que levam ao cenário de impunidade.

Eu também queria chamar a atenção para o caso do Vladimir Herzog. Acho que podemos falar que é talvez um dos casos mais emblemáticos de jornalista morto e que não teve a sua morte devidamente investigada. No ano passado, houve uma condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que determinou, na sentença, que fossem investigadas as condições e as circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, a despeito da Lei de Anistia e tudo o mais. No mês que vem, fará 1 ano essa sentença. E o que nós temos de resultado de investigação até hoje? São 43 anos de impunidade!

Para além dos ataques físicos e da ameaça direta à integridade, à vida das pessoas e dos trabalhadores de comunicação, eu queria trazer um fenômeno talvez novo no Brasil: essa desqualificação e esses ataques ao trabalho da imprensa.

Embora se tenha uma sensação de que esses ataques sejam difusos, como o Sakamoto falou, na Artigo 19, nós temos estabelecido uma correlação direta entre os discursos de autoridades públicas e essas ameaças, essas violações. É possível estabelecer um vínculo entre discurso de autoridades e as ameaças, as violações que são sofridas pelos jornalistas. Eu trouxe aqui mais de dez casos. São casos do Governo Bolsonaro. E não é só o Presidente.

O Governo como um todo tem adotado isso como uma prática de governo, como uma prática de se relacionar com a imprensa, a começar pela posse.

O primeiro caso é o da posse. Ali já foi estabelecido qual seria a dinâmica do relacionamento com a imprensa. Os jornalistas ficaram mais de 7 horas numa sala sem janela, com acesso restrito a banheiro, com acesso restrito à água na posse. Eles receberam as maçãs cortadas ao meio, como se os jornalistas fossem atacar o Presidente. Trata-se de um profissional que está exercendo a sua função ali. E eles receberam as maçãs partidas para não correr o risco de tacarem no Presidente - olhem isso! Ali fica marcado, então, qual seria a dinâmica de relacionamento com a imprensa.

Houve o caso do jornalista Ancelmo Gois. Ele fez uma nota falando de alguns conteúdos que, na verdade, são associados ao espectro ideológico de esquerda e que haviam saído do *site* do MEC. Ali, no meio da nota oficial do MEC, existem algumas ilações de que ele teria sido treinado em marxismo, alguma coisa assim. Isto não cabe: um órgão público fazer uma nota com esse tipo de conteúdo falando especificamente de um profissional da imprensa.

Trago o caso da Natália, que fez uma matéria sobre a Ministra Damares e o caso lá da menina indígena que foi criada como filha. Ali o Eduardo Bolsonaro faz, então, um comentário, sempre usando redes sociais, de que ela seria mal informada e sem caráter. E isso gera uma reação em massa com relação à Natália nas redes sociais.

Trago o caso da Isadora Peron que, numa coletiva de imprensa, faz uma pergunta para o Moro. Isso foi o suficiente para fazerem um vídeo dela, que viralizou. E ela estava numa situação simplesmente de coletiva de imprensa.

Trago o caso do Reinaldo Azevedo, que fez um uma nota em solidariedade ao ex-Presidente Lula pela morte do seu neto. E o que aconteceu com ele? Teve a sua página *web* hackeada, por conta desse *post* em solidariedade ao Lula pela morte do neto.

Trago o caso da Mônica Waldvogel, na situação lá do episódio do vídeo do carnaval. Nesse caso, o próprio Presidente vira e fala: *"E para vocês está faltando o quê?"* Isso também gera uma série de reações de seguidores do Presidente.

Para mim, o próximo caso, é o da Constança Rezende - eu acho que esse, para mim, está dentre os piores casos -, em que o Chefe do Executivo compartilha uma notícia falsa.

Como é que pode o Chefe do Executivo compartilhar uma notícia falsa sobre determinado profissional de imprensa?

Obviamente, há uma correlação com o conteúdo que a Constança Rezende e seu pai, Chico Otavio, estavam investigando. Chico Otavio, pai da Constança, dias depois deu o furo de reportagem, revelando que os matadores da Marielle Franco moravam no mesmo condomínio do Presidente.

Existe o caso da Eliane Cantanhêde, que adiantou que o Ministro da Educação seria demitido. Ali o Presidente faz um discurso: *"Eles estão tentando arruinar... Isso é fake news, estão tentando arruinar o meu Governo e tal."* Dias depois, o Ministro é demitido.

Falo também sobre a seletividade, para quem se concede ou não entrevistas. No contexto do desacordo que houve entre Bolsonaro e o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, o Presidente decide conceder uma entrevista, só que alguns jornalistas que estavam ali acompanhando o evento foram proibidos de participar dessa coletiva de imprensa. No caso, foram *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *UOL*, *Valor*, *TV Globo* e *Rádio CBN*. Eles foram impedidos de entrar na coletiva de imprensa. Há acusações de que a imprensa está querendo causar caos e desordem. O próximo caso, o mais recente, em Dallas, sobre a jornalista da *Folha de S.Paulo*, que fez uma pergunta sobre educação.



Primeiro, o que esses casos indicam? Que existe uma institucionalização das violações. Elas não são mais esporádicas. Elas indicam um esforço intencional de uma relação hostil com a imprensa. Os ataques, obviamente, são intensificados pelos apoiadores. Um pouco na linha do que o Leonardo falou, existe quase uma naturalização de ataques ou desqualificação da imprensa. O que vimos acontecer com aquele eleitor durante as eleições: *"Eu não pedi para ele matar ninguém."* Isso continua sendo *modus operandi* do Governo. *"Eu não pedi para nenhum jornalista ser atacado, eu não pedi..."* E, obviamente, todo esse contexto aumenta o risco para exercício da profissão.

Eu vou terminar por aqui. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Obrigado, Sra. Laura Tresca, Diretora Interina da ONG ARTIGO 19.

Quero também registrar a presença da Deputada Erika Kokay.

Desculpe-me, porque eu não sei...

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Hélio Costa, Hélio Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Eu queria fazer uma pergunta para ela.

**O SR. FERNANDO RODOLFO** (PL - PE) - Fernando Rodolfo.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - E Deputado Fernando Rodolfo.

Desculpem-me, porque eu não consigo saber o nome de todos os Parlamentares.

Eu só queria informar que nós temos, pela dinâmica da audiência... O senhor pode inclusive se inscrever, porque agora falará a Presidenta da Comissão de Cultura. O primeiro Deputado inscrito é o Deputado Aroldo Martins, mas pela organização da audiência agora falarão a Presidenta da Comissão de Cultura e os Deputados que fizeram o requerimento. Logo após, falará o Deputado Aroldo Martins. Poderemos inscrever V.Exa. também.

**(Não identificado)** - Sim, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, que daqui a pouco vai presidir esta audiência pública, para as suas considerações. S.Exa. preside a Comissão de Cultura, que realiza, junto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, esta audiência pública.

Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os nossos queridos Leonardo Sakamoto, Laura Tresca, Herbert Borges, Cristiano Reis e os autores do requerimento de solicitação desta audiência pública.

Penso que para nós da Comissão é importante ouvi-los, muito importante, porque temos um fator cultural e ideológico que permeia toda essa barbárie a que temos assistido, voltada para a questão da liberdade dos indivíduos, da liberdade da ação profissional, dependendo de quem seja.

Então, na verdade, a minha fala requer algumas perguntas que vou deixar para fazer ao final, até porque queremos ouvi-los e os demais Deputados, porque, na verdade, quando solicitamos uma audiência, nós queremos ouvir para, a partir dessa escuta, poder contribuir mais com algum projeto, com alguma questão que está sendo colocada em ambas as Comissões, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e na Comissão de Cultura.

Quero apenas dizer que não é surpresa o que estão a colocar. Eu acho que a nossa Diretora Laura Tresca colocou aqui o histórico que já temos, primeiro, da impunidade, que foi aqui ressaltada; segundo, da liberdade de imprensa. Eu tenho uma pergunta a fazer ao Cristiano com relação ao direito de resposta, que é uma coisa que temos que garantir num sistema democrático. Eu sei que não gostam muito de ouvir esta questão: *"Não temos que punir..."* Eu já ouvi em outras audiências pessoas dizendo: *"Punir, não! Essa palavra não é uma palavra democrática."* Mas eu não quero sofisticar nenhuma palavra para aquele que tem a possibilidade de lançar lama num currículo, na trajetória de um profissional.

Qual é a forma como iremos tratá-lo? Aconselhá-lo apenas que não faça mais isso ou vamos buscar os instrumentos que levem à ação criminosa que ele cometeu?

Então, é importante que possamos introduzir um pouco mais esse tema e, nessa composição das Comissões de Direitos Humanos e Cultura, darmos uma contribuição para esse momento que todos nós estamos vivendo de falta de liberdade de expressão, que não é só relacionada ao jornalista - a imprensa sabe perfeitamente disso -, mas nós estamos também preocupados com a liberdade de expressão da organização social brasileira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Agradeço à Deputada Benedita da Silva, Presidente da Comissão de Cultura.

Nós temos mais três autores do requerimento: Deputado Túlio Gadêlha, Deputada Maria do Rosário e Deputado Chico D'Angelo. Qual dos três quer ser o primeiro a fazer suas considerações?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Então, vamos lá, primeiramente, concedo a palavra ao Deputado Chico D'Angelo, ex-Presidente da Comissão de Cultura.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PDT - RJ) - Inicialmente, saúdo as duas Comissões pela iniciativa de realização deste debate que ocorre num momento muito oportuno. Cumprimento os membros da Mesa: o Sakamoto, a Laura, o Herbert e o Cristiano.

Gostaria de dizer que a condução do Deputado Helder, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nos honra muito pela sua trajetória, pela sua habilidade de conduzir.

Até um pouco na linha do que o Sakamoto colocou, num momento de polarização tão acirrada como este, mais do que nunca, nós que interpretamos e fazemos política com a lógica do bem comum precisamos ter a grandeza, independentemente de posições ideológicas, de visões de Estado, de visões de mundo, num momento como este, mais do que nunca, de trabalhar com a lógica da unidade daqueles que defendem a democracia.

Muitos jornalistas, seguramente, têm posições até divergentes de visão de mundo da nossa. Nós precisamos ter essa

compreensão - nós, o setor progressista da sociedade. E acho que um pouco a questão da institucionalização se materializa, como foi colocado aqui pelo Sakamoto.

Eu vi agora uma postagem da Deputada Manuela d'Ávila, que eu não sabia e fiquei de certa forma horrorizado, sobre a nomeação do representante da Secretaria do Audiovisual.

Desde que fui Presidente da Comissão de Cultura, eu acompanho o êxito do cinema brasileiro, do audiovisual, o bom momento que o País vive nessa área. Hoje vejo a nomeação de uma figura, o Tutuca, que não tem nenhuma relação com o tema. Ele foi nomeado pelo Ministro Osmar Terra - é importante frisar isso -, que fez uma explanação aqui, à convite da Deputada Benedita da Silva, para falar sobre o tema da cultura, e, em 1 hora, ele falou 5 minutos de cultura. No restante do tempo, ele abordou outros temas, mostrando a completa irrelevância que ele dá ao tema.

Mas, para além disso, para a minha surpresa, a Deputada Manuela diz que essa pessoa, esse Tutuca, postou coisas recentemente na rede social dele, culpando-a pelo trágico evento que ocorreu com o Presidente Bolsonaro. Ela colocou isso na rede social dela. Quer dizer, uma pessoa que tem esse espírito, que faz o absurdo de mentir e acusar uma Deputada, que era inclusive candidata à Presidente, dá a dimensão que uma pessoa dessa não pode ocupar um espaço público desse. É uma pessoa desqualificada, despreparada para ocupar um posto de direção no Governo.

Então, essa é a preocupação que tenho de termos pessoas em postos-chaves que têm essa visão de criminalizar a política, de perseguir pessoas e chegar ao ponto de colocar em rede social uma coisa dessa gravidade.

Era só essa a minha observação e parabenizo as duas Comissões pela iniciativa deste debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Obrigado, Deputado Chico D'Angelo, como já disse, ex-Presidente da Comissão de Cultura e um dos requerentes desta audiência pública.

Passamos agora à próxima autora do requerimento, Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a pronta recepção da Comissão de Cultura e da Comissão de Direitos Humanos para, juntas, realizarem esta audiência.

Eu penso que esta audiência não tem um fim em si mesma. Nós deveremos dar continuidade a ela - essa é a minha proposta - porque nós estamos diante de algo extremamente complexo.

Os relatos aqui foram de uma tendência de agravamento, foram relatos de violência associada à política, violência a partir da tentativa permanente de retirar da população o direito a ser informada e das pessoas, sobretudo dos profissionais, sejam quais forem os seus veículos, um pequeno *blog* ou um grande veículo, a responsabilidade que assumiram para suas vidas de repassarem informações.

Então, eu fico aqui pensando, Deputado Helder, que durante muito tempo - eu queria até relatar isso -, o Brasil fechou os olhos para esse problema grave. O Brasil, na diplomacia internacional, não aceitava, Deputado Túlio, participar de esforços internacionais porque não admitia a existência dessa grave violação no Brasil.

Bom, no Governo da Presidenta Dilma, nós mudamos a linha em relação a isso. E eu me coloco dentro disso porque foi quando nós assumimos a responsabilidade de Estado de dizer que realmente essa era e é uma questão gravíssima para o País.

Nós tínhamos ali um número de profissionais já atingidos, como foi citado aqui o Valério Luiz, brilhante jornalista esportivo. Tivemos outros no interior de Minas, no interior do Rio Grande do Norte, no Mato Grosso. Nós acompanhamos aquilo com atenção, formulando um grupo de trabalho com o Ministério da Justiça e com a sociedade civil para procurarmos fazer propostas, entre elas, a formação de um observatório, que teria como papel estabelecer políticas públicas no Brasil e uma cultura de respeito e garantia das condições de trabalho, dos comunicadores e do direito à livre comunicação.

Bem, naquele momento, também tivemos muitos envolvidos, como a própria ABERT, a ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas, e um conjunto de instituições.

Hoje eu me deparo com a seguinte realidade: no meu Estado, o Rio Grande do Sul, eu tenho depoimento de jornalistas que, depois de trabalharem em determinado tema investigativo, são praticamente escondidos durante um período, com o apoio das próprias empresas, para sobreviverem. Há vazamento de informação sobre trabalhos dentro das ações do Estado.

Há, portanto, aqueles que investigam as questões de fraudes, de tráfico de drogas, de milícias. Tim Lopes investigava a exploração sexual de crianças e adolescentes, por isso ele foi morto como foi.

Então, eu quero dizer a vocês que eu acredito que nós estamos diante de um trabalho que, Deputado Helder, se V.Exa. e a Deputada Benedita da Silva concordarem, nós precisamos, talvez junto com a UNESCO, com a ONU, com organismos internacionais, com as entidades que aqui se encontram, produzir aquele plano de trabalho que havíamos pensado, que não foi desenvolvido no âmbito do Poder Executivo.

Isso significa atribuições do Ministério das Comunicações, atribuições do Ministério da Justiça, da Segurança Pública, atribuições das empresas, o cuidado específico no momento da cobertura de determinados eventos que são perigosos, mas, sobretudo - e eu acho que aqui foi dito pelo Sakamoto e pela Laura -, um aspecto: nós não sabemos de onde vem o ataque neste momento, porque ele é movido pelo discurso de ódio dos que governam, mas ele é disseminado de tal forma que qualquer pessoa que acredite, porque tem uma propensão a crer, como foi dito aqui, naquelas mentiras propagadas ou naquelas circunstâncias absurdas, irrealis, pode ser a fonte de um ataque contra quem quer que seja.

Então, eu penso que nós precisamos de uma cultura de paz, Deputada Benedita, de respeito, de comunicação e não uma cultura de ódio, não uma cultura de banalização da violência, porque essa atinge indiscriminadamente. Ela está atingindo os comunicadores, ela atinge a muitos aqui, atinge nossas famílias, mas nós resistimos por uma obrigação, primeira, ética. No entanto, resistir neste momento é enfrentar e não permitir que isso continue acontecendo.

Não queria concluir sem deixar a minha total solidariedade aos jornalistas, comunicadores, blogueiros, a todas as pessoas que atuam com comunicação no Brasil, nas figuras hoje da Laura, do Sakamoto, do Cristiano, que são as pessoas aqui da comunicação, dizendo que nós podemos e temos a obrigação, pela democracia, ao ouvirmos vocês, de agir, mesmo que nós também, Sakamoto, estejamos em risco, porque alguns de nós, antes de serem Deputados e Deputadas, são defensores de direitos humanos. Nós também vivemos riscos, mas nós temos a obrigação de seguir em frente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Agradeço à Deputada Maria do Rosário.

Deputada Benedita, de fato, as nossas Comissões estão promovendo um debate de muita importância. O tema é muito oportuno.

As violências, as violações aqui estão sendo apresentadas - muitas nós já conhecemos - de maneira muito contundente. E todos nós sabemos que sem livre imprensa não há verdadeira democracia.

Então, quero agradecer a todos os expositores e aos Deputados que estão colaborando com este debate.

Passaremos agora ao último requerente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Helder Salomão. PT - ES) - Pode passar?*(Pausa.)*

O Deputado Túlio Gadêlha, que é um dos autores do requerimento, prefere falar mais adiante.

Eu queria, Deputada Benedita da Silva, aproveitar para pedir que V.Exa. venha aqui, até porque não é justo que a Comissão de Direitos Humanos presida o tempo inteiro. Então, convido V.Exa. a assumir os trabalhos e passo a palavra ao Deputado Aroldo Martins. Deputada Benedita, por favor. Eu agora quero ficar aí, no lugar de V.Exa. Quero que V.Exa. venha aqui e dê continuidade aos trabalhos desta Comissão.

O Deputado Aroldo Martins tem a palavra.

**O SR. AROLDO MARTINS** (PRB - PR) - Presidente, nobres colegas, componentes da Mesa, boa tarde!

Benjamin Franklin, um dos pais da nação americana, dizia que na liberdade de imprensa está a liberdade de expressão. A liberdade de expressão é o principal pilar de um governo livre. Quando esse apoio é tirado, a constituição de uma sociedade livre é dissolvida.

Então, eu quero parabenizar os Deputados que tiveram a iniciativa desta audiência pública de ambas as Comissões, de Direitos Humanos e Minorias e de Cultura.

Eu estava prestando muita atenção na fala do nobre Sakamoto. Nós nos colocamos a pensar: *"Que coisa! Não é? Em pleno século 21 nós ainda vivemos situações como essa, situações como a que foi mencionada pela Deputada, de pessoas terem que viver escondidas para poder se livrar do perigo contra suas próprias vidas e contra a vida de sua família!"*

Dentro de algo que o Sakamoto falou, o interessante é que nós nos perguntamos o seguinte: *"O que é mais importante, os fatos ou a versão dos fatos?"* Quando se começa a repetir uma versão, essa versão passa a ser fato e se levantam questões, principalmente quando as pessoas que são atingidas por essa versão são massa de manobra. Nós também ficamos tristes com isso. Como nós gostaríamos que os nossos compatriotas, os brasileiros, fossem um povo mais independente na maneira de pensar, que buscasse ter suas ideias baseadas em opiniões que são passadas e que não se deixasse facilmente ser manipulado por opiniões tendenciosas, que pessoas utilizaram simplesmente para criar massa de manobra!

O uso malicioso dos meios é altamente perigoso, altamente malicioso. Mas eu li uma vez um pensamento, não me recordo de quem, que dizia o seguinte: as opiniões devem ser respeitadas, desde que sejam iguais às minhas. É uma coisa muito subjetiva, não é?

E me chamou também atenção aquilo que a Sra. Laura falou. Nós vivemos, até algum tempo atrás, até algumas décadas atrás, no regime militar, um momento em que a relação com parte da mídia era muito suspeitosa e o favorecimento de determinado tipo de mídia que já vinha desde aquela época e que se perpetuou no Brasil como meio monopolista fez com que esse tipo de coisa acontecesse. Então, veio um governo... Isso longe de dizer que eu concorde em dizer que o relacionamento com a imprensa se dê dessa forma, mas acredito que a poeira deve assentar e as coisas devem se encaixar - torço por isso!

Eu fui Presidente e CEO da Record Internacional durante 10 anos. Na nossa gestão, nós fomos responsáveis por distribuir o sinal da Record para 150 países do mundo. E, na área internacional, nós observamos que lá fora havia só um nome até então, que era totalmente hegemônico. Hoje nós vemos que o Brasil lá fora já não tem mais um único nome monopolista como representante daquilo que é imprensa no Brasil. Isso é muito bom, isso é muito bom! Por quê? Porque hoje a Record Internacional... A Globo Internacional é no mundo inteiro o que a Record é na Suíça, que é um pequeno país da Europa, pelo modelo de distribuição de sinal que nós fizemos.

Nesse final de semana a Record foi inaugurada com sinal local em Israel e é a primeira televisão brasileira e língua portuguesa ser distribuída em Israel. O jornalismo da Record tem sido sempre imparcial. Desde quando ela foi adquirida pelos novos donos da Record, em dezembro de 1989, o jornalismo tem sido muito independente. Ele não é influenciado por terceiros. Os profissionais que trabalham na Record sabem muito bem que têm sua liberdade de expressão e que podem executar seu trabalho de forma bem livre.

Em dezembro de 1989 - e rapidamente, Presidente, eu vou concluir aquilo que é o meu desejo -, quando houve a venda da Record pela família Machado de Carvalho e Sílvio Santos para o novo grupo que se tornava proprietário, uma advogada que fazia parte do nosso grupo havia prestado um serviço jurídico ao jornalista Roberto Marinho. E, durante um coquetel promovido pelo jornalista Roberto Marinho, ele perguntou à Dra. Maria qual era a idade do Edir Macedo. Ela respondeu: *"45 anos"*. Ele levou um susto. Por quê? Porque, na cabeça dele, à época - ele já estava com mais de 70 anos -, estava vindo um jovem de 45 anos. O que ele via? Ele vislumbrou aquilo que aconteceria lá na frente.

Então, o que acontece? Se eu perguntar a todas as pessoas que estão aqui nesta sala qual a ideia que elas têm acerca de Edir Macedo, a grande maioria das pessoas vão ter uma ideia negativa sobre o cidadão. Por quê? Exatamente pelo preconceito que a imprensa usa em torno da pessoa.

Eu sou um dos bispos licenciados da Igreja Universal. Tenho mestrado e doutorado em Direito na Inglaterra. Não exerço trabalho eclesial há mais de 10 anos. Conheço a pessoa do cidadão Edir Macedo Bezerra de perto por ter morado na casa dele.

No estatuto da nossa Igreja Universal há uma cláusula que diz que não nos é permitido ter bens no nosso nome. Nós não temos bens em nosso nome. O único bem que foi permitido a alguém ter em seu nome, pessoa física, foi exatamente ser dono do Canal 7 de São Paulo, quem conhece sabe que é a cabeça da Rede Record, que está no nome de Edir Macedo

Bezerra e Ester Eunice Rangel Bezerra, porque nós demos autorização para que fique no nome deles. Logo em breve, a propriedade desse canal de televisão passará para a Fundação Edir Macedo.

Aonde eu quero chegar? Ao seguinte: nenhum filho de Edir Macedo vai ser herdeiro da Record. Ela vai passar para uma fundação. Nós mesmos não temos nada que seja nosso. Utilizamos daquilo que é prerrogativa do cargo. Nós Deputados não nos utilizamos dela, não somos donos de nada. Mas, ao longo dos anos, uma distorção foi dada em torno da pessoa de Edir Macedo. E é isto o que eu quero dizer: como é que se distorcem as coisas. Como, com as versões dos fatos, o caráter das pessoas é destruído. Isso acontece muito com o Edir Macedo, que é uma pessoa cuja vida, como a minha, foi dedicada a simplesmente crer e praticar o seu cristianismo, católico, espírita, evangélico, como todos nós cremos.

Então, eu queria trazer essa questão de como a força daquilo que é opinado trabalha em cima das pessoas a ponto de criar ódio, a ponto de criar contendas, a ponto de criar agressões quando não condiz com a verdade.

Finalizando, eu quero dizer que eu sou a favor de uma imprensa livre. Eu sou a favor de uma imprensa que se respeita. Eu sou a favor de uma liberdade de expressão ampla e irrestrita como espelho daquilo que uma sociedade deve ser. Uma sociedade cresce quando ela é capaz de viver com opiniões diferentes de forma harmoniosa.

Quero saudar a ABERT. Como parte do grupo administrativo da Record, nós temos nossos representantes lá; saudar a Ministra, cujo diretor é o representante aqui, e mostrar que o meu partido, o PRB, sempre vai apoiar tudo o que diz respeito à liberdade de imprensa, por uma imprensa livre, por uma imprensa sem - em inglês se diz *strings attached* -, sem marionetes, que se puxam daqui e dali, mas livre, que se mova por si só, pelas ideias que são dadas àqueles que têm o dom de poder escrever e instruir a Nação.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Com a palavra o Deputado Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Boa tarde a todos.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Mas não tem nada a ver.

Já que a Deputada levantou o nome do Hélio Costa, repórter internacional da Globo, eu quero dizer que, no começo do jornalismo internacional, todos que trabalhavam nessa emissora eram da *Voz da América*, eles já estavam lá pela *Voz da América*. Hélio Costa, Hermano Henning e Ciro Boccanera faziam *freelancer*, já eram funcionários da *Voz da América*, só para deixar claro.

E, antes de surgir o jornalista Hélio Costa, eu já era radialista em Florianópolis. Francamente, eu não sou cópia, primeiro, porque eu sou muito diferente. Eu trabalhei em todas as emissoras, menos na repetidora da Globo, em Santa Catarina. Eu fui o único a dizer "não". E disse "não" porque eu ganhava mais na Bandeirantes e não iria só segurar o microfone da Globo para dizer que trabalhava lá. Eu disse "não". Eu ganhava 6, eles me ofereceram 5, e eu não fui. "*Ah, mas você vai perder a oportunidade de trabalhar na Globo?*" O meu negócio é o meu salário. Aquela diferença era o meu aluguel. Eu era guri, recém-casado. Resultado: aqueles que ficaram desapareceram - desapareceram no jornalismo.

E eu fui, na última eleição, o Deputado Federal mais votado em Santa Catarina. Eu estava trabalhando na *Record*, mas saí da *Record*.

É o seguinte: a *Globo* não entra, a outra não entra, não entra ninguém! Não entra ninguém! Eu recebo a pauta - é coletiva de imprensa -, chego à porta: "*Entra tu, entra tu!*". A *Globo* não entra, a outra emissora não entra, não entra ninguém!

eticamente não entraria ninguém. Eu não entraria.

Eu não entraria, se houvesse alguma coisa contra algum companheiro que foi lá para trabalhar, e, quando chegou lá, foi proibido de trabalhar, porque a emissora dele não pôde entrar. Volta todo mundo. Mas, como dizem lá em Florianópolis, pouca farinha, meu pirão primeiro. E talvez esse repórter que não foi correto eticamente, entrou, sabendo que o companheiro ficou na rua, se não entrasse, chegaria à emissora e iria para a rua. "*Como você não entrou?*" "*Não entrei porque havia cláusula de barreira.*" Os outros parceiros não entrariam.

Eu sempre detestei esse negócio de exclusivo. Exclusivo em televisão eu sempre detestei, porque todas as minhas matérias eram exclusivas. Não há graça nenhuma em eu concorrer com alguém.

E o jornalismo enlatado está chegando ao Brasil. Hoje todos os conteúdos dos programas de televisão vêm dos Estados Unidos ou da Inglaterra, da Endemol. Cadê a criatividade do brasileiro? Estão tirando a criatividade do brasileiro. As novelas, no começo da televisão brasileira, eram enlatadas; os autores eram todos mexicanos, e os artistas também. Foi a *Globo* que abriu, que criou o *cast* bonito e bom, e hoje ela tem um *cast* grande, que pode manter os produtos da Endemol. E matérias de jornalismo estão sendo importadas, estão sendo compradas, o que diminui o espaço da categoria, no meu ponto de vista. As emissoras *Bandeirantes*, *Globo*, *Record*, *TV Educativa*, *TV Cultura*, todas têm repórteres internacionais; mesmo assim, estão comprando produtos enlatados de jornalismo internacional. Eu sou contra.

Sobre aquele menino de Goiás que transmitia futebol, eu quero falar com a Laura Tresca. Laura, o juiz disse que não ia julgar simplesmente? Ou já julgaram?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Não pode. Não pode. Cadê o sindicato do jornalismo de lá, de Goiânia?

Eu conheci esse menino no Serra Dourada, transmitindo futebol; eu o conheci, ele transmitia futebol. Como não pode? O juiz não pode dizer... Há o Tribunal, há o Superior, há o Supremo. Ele não pode dizer: "*Eu não vou julgar*". Cadê o sindicato de jornalismo de lá? Cadê a OAB de lá? Como não pode?

Eu não entendi o que você disse, que o juiz disse: "*Eu não vou julgar, porque é um caso de repercussão. É jornalista*". Cadê a OAB? Cadê o sindicato dos radialistas e jornalistas? Onde está o Tribunal de Justiça, se houve denúncia, houve tudo? Onde está o Ministério Público?

Esse menino era muito bom, muito bom mesmo, boa pessoa, bom jornalista. A Comissão de Direitos Humanos deveria

investigar esse caso lá em Goiânia, no meu ponto de vista. Não pode o juiz dizer: "Ah, eu não vou julgar!". Será que ele ainda é o titular da vara do Tribunal do Júri? Com certeza, não é mais o titular da vara do Tribunal do Júri. E a Câmara Criminal do TJ de Goiás não foi acionada?

Com relação ao fato principal, "Ah, só entram essas emissoras aqui!", o que mais falta a este Governo é comunicação social, com quem faz comunicação social, porque, na hora em que vai falar, o porta-voz não escolhe emissora, vai entrar todo mundo. Falta é comunicação social. E quem faz comunicação social é jornalista, não general.

Um abraço.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Informo que a luzinha já está dizendo que estamos na Ordem do Dia. Então, eu gostaria de solicitar aos Srs. Deputados que ainda vão fazer intervenção...

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS) - Eu queria só dialogar com o Deputado Hélio Costa, por concordância. Eu pesquisei, enquanto V.Exa. falava, e, nos próprios meios de comunicação, diz-se: "Juiz cita 'falta de estrutura' e alega não ter como marcar júri popular dos acusados de matar radialista em Goiânia". O magistrado enumera série de problemas e afirma que fóruns não são capazes de sediar essa sessão. O jornalista foi assassinado em 2012! Essa decisão é de 2019, agora.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Mas, se o bandido está preso, tudo bem. Se o bandido está preso, tudo bem.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS) - Tem que haver julgamento.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Pois é, tem que haver julgamento.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS) - Eu acho que talvez este seja um primeiro encaminhamento até desta Comissão, o envio ao Tribunal de Justiça de Goiás de um pedido de explicações sobre isso, para que esse crime não fique impune.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PRB - SC) - Claro. Obrigado.

Sra. Presidente, eu vou me retirar, então, para o plenário.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF) - Eu queria saudar as duas Comissões - e eu tenho a alegria de fazer parte de ambas - pela realização desta audiência, que diz respeito à violência cometida contra os profissionais de imprensa que ousam defender a liberdade de expressão e expressar as suas opiniões.

A Comissão de Direitos Humanos esteve na audiência pública quando houve a morte desse jornalista. Inclusive, eu não vou esquecer o depoimento de seu pai, um depoimento muito comovente. Ele foi assassinado sem nenhum tipo de enredo, assassinado, muito claramente, para deixar recados.

É um absurdo que nós não tenhamos o desenvolvimento do julgamento de quem o matou, para que nós possamos fechar o ciclo e não naturalizar, a partir da impunidade, tamanha violação de direitos e a retirada de uma vida.

Eu penso que a impunidade provoca muitos estragos no tecido dos direitos, no tecido da própria democracia. Um desses estragos é a naturalização da violência, naturalização da violação dos direitos. O segundo é que a impunidade contribui com a descrença de que o Estado é capaz de dar respostas, para que as violações possam ser cessadas e possam ser punidas. Então, você tem uma descrença no Estado, que faz com que as pessoas não acreditem que sua denúncia ou sua participação para elucidação da violência ou da violação de direitos terá efeitos. Então, você cria um pacto, que seja pelo silêncio, que vai fortalecendo os mantos da impunidade.

Esta Comissão Direitos humanos e Minorias esteve em São Luís, no Maranhão, para também analisar a morte de um jornalista que tinha um *blog* e uma atuação política de muitas críticas à atuação política de várias pessoas naquela cidade. Nós estivemos lá para que esses processos pudessem ter respostas para esse fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Penso que nós estamos vivenciando um processo de ruptura democrática. Se nós aqui estamos falando da liberdade de expressão, nós também estamos lidando com a cultura do ódio, que retoma uma lógica colonial, colonialista, que é uma lógica de que a alteridade é subalternidade ou inferioridade, porque o que significa violência contra profissionais de imprensa? Primeiro, porque ela não fica somente nos profissionais de imprensa, mormente agora. Ela é fruto e semente. Aliás, penso que tudo na vida é fruto e semente, porque acredito na lógica dialética. Então, portanto, o que é fruto hoje será semente posteriormente e o que é semente hoje será fruto. Então, há um embricamento dialético nesta lógica de frutos e sementes.

Penso que é fruto e semente também de um processo de anulação do outro, que diverge de uma crença na força bruta como instrumento para impedir que os conflitos ou que as divergências possam ser tratadas dentro das contradições de qualquer sociedade democrática. Portanto, a violência contra profissionais de imprensa... Eu digo: nenhuma violência fica ensimesmada - nenhuma! -, da mesma forma que os discursos de ódio também não ficam ensimesmados. Esses discursos muitas vezes partem da própria Presidência da República, que acha que é preciso calar, silenciar e que existem seres humanos que não podem emitir as suas opiniões, que fazem parte do exercício de uma humanidade, mas que apenas têm que ser silenciadas e ser, enfim, objetos da interpretação e da opinião de outros.

Portanto, eu diria que é muito importante que as duas Comissões possam se posicionar na perspectiva de assegurar a liberdade de imprensa e o exercício da profissão dos profissionais que ali estão para reproduzir os próprios fatos e também para emitir as suas opiniões. O que não podemos é permitir que as opiniões sejam confundidas com fatos e que nós tenhamos um nível de opressão midiática que, em grande medida, também provoque violência contra quem diverge, porque, a partir de grandes meios de comunicação, muitas vezes são traçados os fios de uma opressão que vai também calar e vai representar uma violência contra os profissionais de imprensa. Então, nós temos uma opressão midiática neste País, que captura sonhos, captura desejos, captura comportamentos, captura inclusive o sagrado.

E, a partir disso, essa opressão midiática impõe uma lógica de pensamento único, o que também é uma violência contra profissionais de imprensa, que têm o direito de expressar as suas opiniões e relatar os próprios fatos.

Por fim, eu fico com a Presidenta Dilma Rousseff, que disse tantas vezes: "Ainda que todos os dias eu seja atacada pela imprensa, e muitas vezes de forma injusta, eu viverei todos os dias da minha vida para assegurar que essa imprensa possa

se manifestar." E dizia a Presidenta Dilma Rousseff que pior do que o barulho muitas vezes injusto que sai dos meios de comunicação é o silêncio imposto. E penso eu que nós vivemos uma época em que o silêncio, de forma explícita e às vezes de forma sutil, está sendo imposto, a começar pelo pela própria pela Empresa Brasil de Comunicação, que tem sido calada na sua condição de um órgão público e não um órgão ventríloquo do que pensam aqueles que detêm os braços ou detêm a faixa presidencial.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada.

Com a palavra, agora, o Deputado Eli Borges.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Deputado Eli Borges, só 1 minuto. Eu gostaria de corrigir uma falha minha, Deputada Benedita da Silva.

Quando eu estava presidindo, o Deputado Márcio Jerry já estava presente, e eu me esqueci de anunciá-lo. Então, como eu cometi essa falha, queria registrar a presença do Deputado Márcio Jerry, que é membro desta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Isso acontece, não é?

Com a palavra o Deputado Eli Borges.

**O SR. ELI BORGES** (SOLIDARIEDADE - TO) - Presidente, eu não tenho muita coisa para dizer sobre essa temática.

Começo apenas dizendo que a liberdade de imprensa é necessária. Acho que muitas coisas se consertaram neste Brasil e ainda serão consertadas a partir do bom trabalho que a imprensa faz.

Todavia, eu não estou aqui também querendo fazer média com a imprensa. Eu vejo, às vezes, um esforço de determinados políticos em agradar a imprensa em suas falas. Então, eu quero, portanto, relatar duas visões que eu tenho da imprensa. A boa imprensa, a imprensa séria, a imprensa que divulga fatos de verdade, eu quero aplaudir como uma imprensa necessária. Agora, pelo menos no meu Estado - e às vezes vejo no Brasil -, há a imprensa que trabalha, como já ouvi aqui, não com o fato, mas com a versão do fato, esquecendo-se que atrás daquela pessoa divulgada há um pai de família, há um histórico de voto, no caso dos políticos.

Eu vou lembrar de um fato desta Câmara. A *Globo* condenou o Ibsen. Lembram daquela revista *Veja*: "*Até tu, Ibsen?*" E ele vai para o ostracismo político. Vinte e cinco anos depois, a verdade veio à tona, e ele não devia nada. Um cidadão, que foi morto pela força da imprensa, seria o principal articulador da questão do Collor de Mello. Isso é uma coisa que tem que ser levada em conta nos debates sobre a imprensa.

Lembro que eu era candidato a Prefeito de Palmas e estava em segundo lugar nas pesquisas. E lá tem um *site* que me odeia, e me odeia pela defesa que faço da família. Ele me odeia e fala sobre minhas opiniões. E eu já disse: "*Olha, não fale de mim, nem bem nem mal.*" Mas não adianta. Bom, a verdade é que eu estava muito bem. Aí os candidatos de Palmas, fulano, ciclano, Eli Borges - vírgula -, que não cresce nas pesquisas. Eu disse: "*Olha, como não cresce? Eu tinha 3% e estou com 16%.*" Naquele momento eu estava crescendo mais do que qualquer um, mas havia uma tentativa de destruir um patrimônio que eu tinha adquirido. Então, essa coisa não funciona nesse viés.

Então, eu sou defensor apaixonado, Sra. Presidente, da boa imprensa, da imprensa que divulga fatos reais, verdadeiros. De alguma forma, nós precisamos dela. Eu sou radicalmente contra quem quiser a boa imprensa. Aliás, eu vou citar a Bíblia para terminar a minha fala. Lembram do maior projeto que o homem já fez? A Torre de Babel? Faltou comunicação, e, quando falta comunicação, o projeto fale. Então, comunicação é algo necessário num país democrático.

Dessa forma, eu quero compreender que esta pauta é importante. Nós temos que fazer este bom debate. Eu estou nele e do lado da boa imprensa, da imprensa verdadeira. No caso da imprensa assassina, aquela que destrói valores, patrimônios morais, éticos, políticos, intencionalmente, eu prefiro dizer essa não deveria fazer parte do nosso Brasil. Fica o registro de um Deputado que agradece muito a imprensa brasileira, mas excetua algumas que não têm correspondido com a expectativa da nossa sociedade, lamentavelmente.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Eu perguntaria ao Deputado Márcio se vai querer falar por 1 minuto, porque o último orador será...

**O SR. MÁRCIO JERRY** (PCdoB - MA) - Juro que não passarei de 1 minuto.

Queria rapidamente só cumprimentar esta Comissão por esta importante iniciativa. Este debate no seu enunciado traz um roteiro, na verdade, de outros tantos que poderemos fazer, porque há uma variedade de repercussões e consequências a partir daquilo que foi aqui hoje exposto. Eu não pude ver a exposição de todos, mas a exposição da Laura para mim já foi suficiente para uma série de outras reflexões e debates que precisamos fazer aqui.

Eu queria extrair de tudo, Deputada Benedita da Silva, uma palavra, que é o único verbo contido neste longo título:

"ameaçar". Na verdade, há algo que não é algo eventual. Há uma deliberada política, com começo, meio e fim, que não sei como será - e temos até que evitá-lo -, no sentido de asfixiar a comunicação, de asfixiar a democracia, de espalhar um clima intimidatório por essas ações de violência que há nas redes, especialmente. Então, há um momento novo, desafiador, grave, que tem repercussões concretas e profundas no ordenamento político, institucional, jurídico, na sociabilidade contemporânea, enfim. Há muitas questões graves, urgentes, que precisamos debater para tentar realmente encontrar um caminho que impeça a continuidade desse ambiente de ódio e de violência, que corresponde a um projeto político. Repito, terminando desta maneira, que isso não é uma coisa ao acaso. Há uma elaboração acerca disso, e isso é muito grave. Isso ocorre nos dias em que vivemos. Isso está presente cotidianamente em todos os espaços sociais. Isso é muito presente na cena política, no campo político, no campo da comunicação, de modo que este é um debate de extrema importância estratégica.

Eu queria fazer este registro para dar os parabéns pela iniciativa e também para deixar a provocação de que precisamos seguir no tema, porque há muitas outras questões a serem debatidas e encaminhadas e muitas questões a serem iluminadas no plano legislativo e também no plano das políticas públicas, de modo geral, atinentes à política, à comunicação, à educação.

Na verdade, devemos repelir este tempo de trevas que nós estamos vivendo, em que tudo aquilo que é luz está sendo, de certa forma, combatido por quem hoje detém o núcleo de governo do país.

Eu disse que ia falar por 1 minuto. Infelizmente subverti a minha fala e falei por 2. Desculpe.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Tem a palavra o orador final, o nosso Deputado Túlio Gadêlha.

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Boa tarde, Presidenta. Boa tarde ao demais expoentes.

Faço uma saudação ao jornalista Leonardo Sakamoto, à Dra. Laura Tresca, ao representante Hebert Barros, aqui presente, e ao Sr. Cristiano Flores.

Presidenta, muito foi dito acerca da importância de uma imprensa séria, imparcial, que preserva valores. Com essa fala eu compactuo também, porque tenho minha forma de ver a imprensa brasileira e de analisar como ela deveria de fato se portar. De maneira mais plural, com diversidade de opiniões é como gostaria que fosse. Por exemplo, na exposição sobre a reforma da Previdência, eu gostaria que houvesse um comentarista a favor e um comentarista contra, para que o espectador que está do outro lado pudesse formar sua opinião, e não que a opinião viesse pronta de lá para cá. Mas, nesta audiência, a nossa intenção é debater a violência aos jornalistas, e não como gostaríamos de ver a imprensa brasileira. Por isso, Presidenta, eu venho elucidar alguns fatos que, em 2018, foram muito graves, porque aumentamos em mais de 100% a quantidade de agressões verbais e de impedimento ao exercício do profissional de jornalismo. Sabemos que, nos últimos anos, o mundo tem mudado, que a forma de se comunicar tem mudado. Mas temos percebido que parece se naturalizar essa forma de ataque, porque é uma tendência, não só aqui no Brasil, mas também mundial, os ataques aos jornalistas, à liberdade de imprensa. Hoje todos nós conseguimos expor nossos pontos de vista através de redes sociais, conseguimos ter acesso a informações, das quais, muitas vezes, nem sabemos a procedência. Mas, no Brasil, os ataques têm sido cada vez mais visíveis e crescentes.

Esses números podem parecer altos, mas o que trazem em termos de peso é o simbólico também. Como bem disse a Dra. Laura, no ato de posse do Presidente, a participação dos jornalistas foi vetada. E os que queriam participar, tiveram que se submeter a condições degradantes: foram impedidos de fazer suas necessidades fisiológicas naquele tempo de horas e tiveram até de se alimentar daquilo que a própria organização da cerimônia havia estabelecido. Isso é muito grave!

Pode parecer um fato isolado, mas isso é muito grave porque hoje temos percebido a exclusão de diversos veículos de comunicação de coletivas de imprensa de autoridades políticas que têm um compromisso público. Eu não quero ouvir o que a pessoa do Presidente Jair Bolsonaro vai falar da sua família, da sua vida pessoal, eu quero ouvir o que o Presidente da República vai falar, e nenhum veículo de comunicação pode ter sua participação vetada nessas audiências. Isso é muito grave! Como bem disse o Ministro Ayres Britto, não existe liberdade de imprensa pela metade. Por isso a importância desta audiência no dia de hoje. Ela traz diversos olhares sobre a imprensa e sobre as agressões aos jornalistas.

Caímos, Presidente, para a 105ª posição entre os 180 países analisados que defendem a liberdade de imprensa, que têm o exercício da profissão do jornalista como um exercício livre de fato. Isso é muito grave! A nossa crença pessoal parece sobressair à realidade dos fatos. Muito do que é tratado nos jornais, muito do que chega para esses profissionais de imprensa que têm compromisso com a verdade são fatos políticos, e vem, por parte do Presidente, um ataque a esses fatos. Isso acontece diariamente quando ele se posiciona em suas redes sociais dizendo que aquilo não é verdade - mas aquilo ali são fatos. Ele compromete a imprensa brasileira, compromete a profissão do jornalista.

Precisamos, Presidente, fazer esse debate com mais profundidade aqui nesta Casa. Eu acho importante citarmos esses números, que são alarmantes, do quanto temos perdido, em termos de liberdade de imprensa, e do quanto a profissão de jornalista tem se tornado perigosa. Mas o fato importante mesmo desta audiência é mostrar que a Câmara, que o Congresso Nacional está atento a esses ataques aos jornalistas e à liberdade de imprensa.

Por isso, queria concluir com uma reflexão sobre a importância da liberdade de imprensa, porque a liberdade de imprensa não é só dar voz às diversas formas de olhar o mundo, a liberdade de imprensa é um pilar fundamental da democracia no mundo todo.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva. PT - RJ) - Antes de passar às considerações finais, eu queria fazer os meus agradecimentos, porque, para as considerações finais, eu vou convidar uma das proponentes para concluir os trabalhos. Nós sempre fazemos isso. Ela é a Primeira Vice-Presidenta da Comissão de Cultura.

Quero agradecer muito aos Deputados Túlio Gadêlha e Maria do Rosário por terem tido essa iniciativa importante, o que está mais do que comprovado. Essas duas Comissões, a Comissão de Cultura e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, têm se esforçado realmente para trazer à tona todas essas questões que estão sendo colocadas.

Então, quero manifestar minha solidariedade com os profissionais que aqui estão e com aqueles que aqui não estão e zelar pela integridade dos senhores, porque o nosso papel é zelar pela integridade dos trabalhadores e das trabalhadoras, não importa se da imprensa ou não, da comunicação ou não. Nós não podemos deixar que esses profissionais sejam vítimas do ódio que se instalou neste País, onde a intolerância é tremendamente voltada para os seres humanos, porque estamos nos violentando. À medida que o ódio cega as pessoas, e eu tenho dito isso, elas se tornam incapazes de raciocinar.

Então, a ameaça à liberdade é muito grave e está simbolizada neste momento pela violência a que estamos assistindo em relação aos profissionais da comunicação. Como os Deputados Túlio Gadêlha e Maria do Rosário colocaram, a comunicação faz parte disso. Aí é que identificamos os verdadeiros líderes da democracia e da liberdade, que são aqueles que, mesmo quando a imprensa os massacra, são capazes de ouvi-la, de dar uma entrevista, de participar dos debates, de respeitar, porque é um instrumento da democracia.

Temos o dever de lutar para que esse crime não fique impune, porque esse crime é contra a humanidade, é contra o País inteiro. Não podemos cercear a imprensa de forma nenhuma, ainda que isso nos incomode. Principalmente nós, políticos e políticas, sabemos o quanto, às vezes, somos incompreendidos, massacrados, principalmente agora com as nossas redes. Nós somos ameaçados, violentados. Mas Deus nos livre de ter uma imprensa sem liberdade, de fechar os meios de comunicação do País, até porque a democracia tem e preserva o contraditório.

Essa é a sociedade brasileira. Por que vamos esconder a sociedade brasileira? Por que vamos perseguir a sociedade brasileira na sua manifestação? Não me importa se se trata de esquerda, de direita ou de coisa nenhuma. O importante é que a comunicação é fundamental. Nós defendemos os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Para nós não existe trabalhador de elite ou trabalhador popular. Na sua função, o trabalhador deve ter a sua integridade garantida. Ele não pode ter o seu privado invadido nem sofrer ameaça que o leve a ter medo de sair de sua casa.

Nós conhecemos essa situação, eu principalmente. Eu estava Governadora quando assassinaram o Tim. As pessoas perdem a vida para fazer um registro, para passar uma informação. É preciso ver também o risco que esses profissionais correm. Então, não se pode, de forma nenhuma, como Chefe da Nação brasileira, estimular esse ódio, armar essa população.

Não podemos aceitar isso, porque isso não faz parte da democracia.

Eu quero abraçar, junto com o Deputado Helder Salomão, da Comissão de Direitos Humanos, esse observatório. Nós precisamos desse observatório. Nós precisamos das garantias da liberdade de imprensa, gostem ou não gostem.

Eu disse, Cristiano, que temos que debater o direito de resposta porque eu quero debater. Eu quero uma imprensa com a qual eu possa debater. Ela vai colocar as suas razões e as suas verdades, e eu quero colocar as minhas. Isso é que se chama liberdade.

Por isso, agradeço mais uma vez a iniciativa dos Deputados Túlio Gadêlha e Maria do Rosário. Agradeço também ao Deputado Helder, que já está no Plenário - já estão nos chamando.

Eu convido a Deputada Maria do Rosário para que se sente aqui e faça as considerações finais da Mesa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Está sempre nos surpreendendo essa Deputada maravilhosa, que para nós é uma bandeira de luta democrática, a Deputada Benedita e a Constituição.

É um orgulho para nós olharmos para V.Exa., Deputada Benedita.

O Deputado Helder Salomão não está aqui. Então, eu queria ver se o Deputado Túlio Gadêlha quer dividir a Mesa comigo. V.Exa. fica aqui comigo? Então, vamos trazer uma cadeirinha. Fique aqui comigo para me ajudar nas considerações finais. Eu creio que o Deputado Helder, no início, deu-nos a missão de repassar a palavra aos oradores por 5 minutos para as considerações finais. Vamos fazer isso, mas, como estamos na Ordem do Dia, pode ser 3 minutos?

Passo a palavra ao Dr. Herbert, representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

**O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS** - Mais uma vez quero agradecer a oportunidade de estar aqui e compartilhar as ações que têm sido empreendidas pelo Ministério nesse sentido. Quero reafirmar que várias das ações que eu mencionei foram iniciadas em gestões anteriores e estão sendo continuadas pela gestão atual do Ministério, na pessoa da Ministra Damares Alves.

Eu gostaria de aproveitar este momento, Deputada, Deputado, para compartilhar os canais que foram mencionados aqui como espaços aptos a acolher as denúncias e fazer os encaminhamentos devidos, com vistas a tratar as denúncias e eventualmente conceder a proteção necessária àqueles que estiverem sob risco.

Então, inicialmente, o Disque Direitos Humanos, já mencionado, é o Disque 100. Basta discar 100. Há ainda outros canais possíveis de acessar o Disque Direitos Humanos ou a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, como o aplicativo Proteja Brasil. Esse aplicativo pode ser baixado no celular e a denúncia pode ser feita por escrito por quem quiser apresentá-la. O site Humaniza Redes também está à disposição para receber denúncias e fazer os encaminhamentos devidos.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas está à disposição das pessoas que se sentirem ameaçadas.

O canal mais fácil talvez seja o *e-mail*. O Disque 100, também, recebendo a demanda, fará o encaminhamento ao programa. Mas, se quiserem encaminhar diretamente, o *e-mail*, é: [defensores@mdh.gov.br](mailto:defensores@mdh.gov.br). As equipes técnicas tanto do programa federal quanto dos programas estaduais estão aptas para identificar a situação, fazer uma análise de risco e identificar as medidas protetivas mais adequadas, em diálogo com a pessoa ameaçada.

Quero dizer ainda que, nas situações relacionadas a crimes cometidos, também há o Programa de Proteção a Testemunhas, disponível para todos. A demanda pelo programa é feita especialmente a partir de uma análise e ao Ministério Público. Então o Ministério Público pode ser acionado para isso. O programa, presente em todo o País, como programa federal - e mais 14 programas estaduais -, também está apto a, nas situações mais graves, prover a proteção especial à testemunha, conforme preconiza a lei que neste ano completa 20 anos.

Mais uma vez, o Ministério agradece, e deseja, sim, se envolver nessa importante iniciativa de prevenção da violência e também de acolhimento de casos que eventualmente redundem em ameaças, riscos ou violência praticada contra comunicadores.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Muito obrigada, Herbert.

Agora nós temos oportunidade de ouvir o Leonardo Sakamoto.

Estou seguindo a mesma ordem que tínhamos.

**O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO** - Agradeço novamente pela presença aqui na Comissão, por poder falar um pouco sobre a realidade para vocês.

Eu tenho, na verdade, alguns posicionamentos, algumas sugestões, inclusive legislativas, que acho que podem ser úteis. E acho que a Deputada Maria do Rosário muito acertadamente lembrou o debate, toda a discussão que havia no grupo de trabalho há alguns anos acerca da violência contra comunicadores. Eu acredito que algumas recomendações daquela época deveriam ser retomadas pela Câmara. São ações bastante objetivas, que poderiam ajudar muito.

Primeiro, sugiro à Comissão dar uma olhada nas iniciativas legislativas que visam o aprimoramento do sistema de federalização da investigação de crimes contra a liberdade de expressão, em casos de omissão, ineficiência, descumprimento de prazo razoável ou suspeita de envolvimento de autoridades locais, observando os dispositivos legais já existentes e aplicáveis, como a Lei nº 10.446, de 2002. E depois aprimorar o incidente de deslocamento de competência para os processos judiciais relativos aos crimes contra direitos humanos da Emenda nº 45, de 2004. Inclusive isso estava no relatório do GT de 2004.

Esses dois elementos são importantes. Por quê? Porque, querendo ou não, e com todo o respeito à Justiça Comum, muitas vezes ela acaba, na verdade, atrapalhando, como vimos no caso de Goiás. E, federalizando já crimes contra comunicadores



e jornalistas, isso pode ser visto inclusive como uma forma de dissuasão com relação a determinados comportamentos. Outra coisa que eu sugeriria - é menos objetivo e bem difícil de conseguir, mas ainda assim seria interessante, inclusive como um sinal que a Câmara daria para a sociedade - é incluir a incitação de violência contra jornalistas nos elementos que são previstos para quebra de decoro parlamentar, para ser julgada na Comissão de Ética aqui da Câmara e do Senado. Por quê? Porque muitas vezes Parlamentares são, sim, incitadores de violência contra jornalistas e comunicadores. Então eu acredito que isso deva ser, sim, considerado. Incitar a violência contra jornalistas não pode ser tribuna livre.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO** - Exatamente, interno, daqui da Casa. Seria interessante se o comitê de ética da Presidência da República também considerasse isso, mas eu acredito que seria um tiro no próprio pé da Presidência, considerando a atual conjuntura.

Por fim, quando eu falei com relação à questão da criminalização - tenho 30 segundos para finalizar -, estava me referindo, na verdade, a uma coisa bastante específica. Eu pedi, encarecidamente, à Câmara e ao Senado que não avançassem com a discussão de criminalização de notícia falsa, e essa discussão é antiga. Por quê? Porque, para criminalizar por notícia falsa, você tem que, na verdade, passar ao Estado a competência para regular o que é verdade e o que é mentira. E eu prefiro um País em que notícias falsas deem como jabuticaba em época da fruta ao Estado brasileiro decidir o que é verdade e o que é mentira. Isso é um tiro no pé da democracia como um todo.

Ou seja, temos que criminalizar ou mesmo punir os comportamentos de incitação à violência contra comunicadores, de incitação à violência contra ativistas de direitos humanos. O problema é só identificar na lei, na legislação, o que é verdade e o que é mentira. E isso é extremamente complicado, extremamente difícil. Por quê? Porque nesta sociedade, ainda mais com o contexto ultrapolarizado que estamos vendo, repito, verdade é tudo aquilo com que concordamos e mentira é tudo aquilo de que discordamos.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Obrigada, Leonardo Sakamoto. Aliás, eu preciso referir que seu depoimento inicial foi extremamente importante também para termos uma noção, porque a Comissão de Cultura e a Comissão de Direitos Humanos procuram despertar um senso de empatia. Nós também temos que saber nos colocar no lugar daquelas pessoas que estão vivenciando as violações. Então eu acho que o seu depoimento aqui deve ser repassado, assim como o dos demais, enfim, a audiência como um todo, ao conjunto dos Parlamentares. Muito obrigada, por resistir também a isso.

Por favor, tem a palavra o Sr. Cristiano Reis Lobato Flores, da ABERT.

**O SR. CRISTIANO REIS LOBATO FLORES** - Eu acabei ultrapassando o tempo na primeira exposição, então agora serei muito breve.

Agradeço ao Deputado Túlio, à Deputada Maria do Rosário e à Deputada Benedita pelo espaço.

Quando falamos aqui de representação setorial de emissoras de rádio e televisão aberta, nós temos que ter em mente que, diferentemente de outros setores da economia, o capital de rádio e televisão é humano, feito por profissionais de comunicação. E no Brasil a comunicação social prevista na Constituição é feita por brasileiros para brasileiros - direção, controle. Hoje nós temos três órgãos reguladores, fora outros órgãos que também legislam sobre o setor. Então, nós estamos falando de um conteúdo genuinamente brasileiro. E não tenham dúvida de que é ABERT sempre vai zelar por esses profissionais que são o capital justamente dessas emissoras. Por isso dizemos que se trata de um assunto tão caro no âmbito da ABERT.

Parece-nos, aliás, não há dúvidas, na verdade, de que contra as notícias falsas, contra as *fake news*, o antídoto é mais informação, comunicação profissional. Então o antídoto contra *fake news* é mais jornalismo profissional, e isso passa por educação e exercício da cidadania, por políticas públicas que levem a educação midiática junto à sociedade brasileira para que as pessoas respeitem a atividade profissional jornalística, respeitem o contraditório, respeitem a opinião, as ideias, saibam conviver com o antagonismo. Isso faz a sociedade crescer e evoluir.

Por outro lado, em termos de políticas públicas emergenciais, a federalização dos crimes praticados contra os profissionais é uma medida que nos parece estar bastante madura junto ao Congresso, e precisamos avançar com velocidade.

Entendemos que a solução também passa por esta Casa, no tocante ao ambiente da Internet.

De que forma deve ocorrer a educação, mas, sobretudo, a responsabilização dessas empresas de tecnologia que hoje atuam como empresas de comunicação e literalmente produzem e distribuem conteúdos e são remuneradas por anúncios publicitários? Ou seja, elas merecem ter um tratamento cuidadoso, e para nós a solução passa, sim, por uma solução legislativa junto a esta Casa.

Nós temos que olhar como os países, sobretudo, europeus e o norte-americano têm tratado essa questão. Recentemente, os Estados Unidos, inclusive, nas regras antitruste, começaram a trabalhar soluções e remédios para esses casos concretos.

Mais uma vez, muito obrigado pelo espaço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Muito obrigada, Cristiano Reis Lobato.

V.Exa. quer falar antes dela?

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Não, ela pode falar primeiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Antes de passar a palavra à Laura Tresca, Diretora Interina da ONG Artigo 19, eu queria fazer uma referência - não sei se todas as pessoas que estão nos acompanhando têm isso presente; eu acredito que as que estão nesta sala, sim -, que o nome Artigo 19 remete-se ao art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina que todo homem - e eu vou dizer aqui "todo ser humano", para não dizer "homem e mulher" -, todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. Então, a ONG tem o nome desse artigo da Declaração Universal.

A Laura tem a palavra.

**A SRA. LAURA TRESCA** - Como bem falou a Deputada, a liberdade de expressão é um direito humano. Mas ela também é uma instituição democrática, que não está institucionalizada como o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, e está sob ataque. Aí é muito bem-vindo que estas Comissões abracem a defesa dessa instituição democrática.

Eu conheço muito bem as recomendações do relatório, fui a relatora. Eu diria que ele está superatual. Houve alguns avanços de lá para cá. O Conselho Nacional do Ministério Público fez esse levantamento dos assassinatos desde 1995. O *status* de investigação dos assassinatos é um primeiro passo, mas ainda não é suficiente. Eles têm um projeto de resolução bastante interessante, sobre o qual eu acho que talvez as Comissões poderiam se pronunciar, sendo favoráveis, de priorização das investigações pelo Ministério Público de crimes contra a liberdade de imprensa - parece um projeto de resolução bastante importante.

Existe toda uma polêmica sobre a questão da federalização ou não de crimes com relação a jornalistas. De um lado, há o ponto de vista do Leonardo; de outro lado, há o ponto de vista de que já existe um marco regulatório que prevê o deslocamento de competência para crimes contra direitos humanos. Quando estamos falando de liberdade de imprensa, estamos falando de um direito relacionado à liberdade de expressão, um direito humano. Talvez se exigiria só o aprimoramento desse mecanismo de que como são federalizados os crimes de direitos humanos, incluindo liberdade de expressão.

Mas me parece que existem outros caminhos, como esse do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu queria dizer, sobre esse *modus operandi* do Governo Bolsonaro, que muitos poderiam associá-lo ao *modus operandi* de Donald Trump, mas os efeitos desse discurso, desses posicionamentos contra a imprensa são completamente diferentes na sociedade americana e na sociedade brasileira. Estamos num caminho de fragilidade das instituições democráticas, e isso tem um efeito muito perverso para a nossa sociedade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Muito obrigada, Laura, pelo trabalho e pelo relatório. E muito obrigada por nos ajudar a fazer esse mapa do que vamos ter que encaminhar.

Agora vou passar a palavra ao autor.

Também vou compartilhar com ele, Presidenta Benedita, as nossas tarefas de sistematização para este momento.

Antes, eu queria pedir licença ao Deputado Túlio para registrar a presença de Raíssa Galvão, da Mídia Ninja, a quem quero agradecer por existir também, a Mídia Ninja, que tem um belíssimo trabalho, e Cristiane Sampaio, do *Brasil de Fato*.

Há mais algum *blog*, veículo, alguém nos acompanhando aqui? *(Pausa.)*

O PT na Câmara eu estou vendo aqui. Mais alguém? *(Pausa.)*

Sintam-se todos cumprimentados e apoiados na trajetória pela liberdade de comunicação.

Tem a palavra o Deputado Túlio.

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Bem, chegando ao final da audiência, eu gostaria de agradecer a presença de todos os expositores, participantes e Parlamentares.

Daqui tiramos várias ideias de discussão e de implementação. Inclusive, agradeço ao Leonardo Sakamoto. Vamos fazer com profundidade, Leonardo, a discussão sobre a federalização de crimes contra as comunidades de jornalistas. Vamos fazer também a discussão sobre a inclusão da citação da violência contra jornalistas no Código de Ética, como bem colocou o Leonardo - isso pode servir também de instrumento para decoro parlamentar -, e outros mecanismos de se combater a impunidade a agressores. Eu acho que nós desta audiência saímos enriquecidos com as ideias, com as proposituras feitas aqui.

Eu também ouvi, proponente desta audiência, Deputada Maria do Rosário, outras ideias de audiências tão importantes quanto esta, principalmente no que diz respeito à preservação da democracia. Temos no País oligopólios midiáticos.

Precisamos debater aqui a sua interferência na democracia. Além disso, há Parlamentares que detêm concessões públicas de empresas de televisão e rádio. Isso afeta diretamente a liberdade de imprensa e a autonomia do exercício do profissional de jornalismo. Eu acho que podemos amadurecer isso e, a partir desta audiência, provocar outras audiências com temas tão relevantes quanto o desta.

Muito obrigado.

Agora passo a palavra para a autora do requerimento da audiência pública, a Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Obrigada, Deputado Túlio. É um prazer trabalhar com V.Exa. e aqui com essas duas Comissões em conjunto.

Eu acredito que cultura e direitos humanos devem ser tratados em Comissões específicas, como é feito nesta Casa, mas também acredito muito nesse trabalho em conjunto. A única saída que temos contra a cultura do ódio é talvez aquilo que Nelson Mandela nos propôs: criar uma cultura de respeito, de entendimento e até de amorosidade. Por que não usar dessas palavras que, muitas vezes, parece que querem retirar dos Anais ou do mundo oficial? Nós estamos também aqui por motivos desse quilate, pelas causas que carregamos. Estamos carregando uma causa aqui, e ela é tão importante, que o Deputado Túlio, a Deputada Benedita, o Deputado Helder e vários utilizaram aqui a sua conexão com a própria democracia. Eu considero a democracia o ar que nós respiramos. A democracia é aquilo que não nos permite sufocar. Ela tem uma qualidade necessária, porque não é apenas aquele momento das eleições, é a garantia de que a Constituição seja observada, que a lei tenha validade para todas as pessoas e que o aprimoramento da sociedade se dê em caráter contínuo. Vejo que as propostas que aqui surgiram e foram reforçadas devem ser aprofundadas. A Deputada Benedita também passou pelo Executivo em diferentes momentos da vida dela. Ela foi Governadora de um Estado importantíssimo, como o Rio de Janeiro, e Ministra de Estado. Então, acho que ela e todos que estão aqui percebem um pouco do que vou referir aqui. Cito isso, Herbert, por você ser integrante do Poder Executivo. O Legislativo trata dos temas, mas muitas vezes não chega até o fim de suas atribuições. Ora, as nossas atribuições constitucionais e as nossas atribuições como Poder são legislativas e são vinculadas à formação de opinião da sociedade. Portanto, eu queria que esse tema fosse um daqueles que continuássemos a tratar até darmos o encaminhamento daquilo que nos cabe como legisladores e legisladoras, como formadores da cultura.

Dessa forma, poderíamos fazer um levantamento, como foi indicado no relatório, dos projetos de lei que já tramitam,

inclusive os que tratam da federalização dos crimes, do incidente de deslocamento de competência. Eu mesma sempre tive muitas dúvidas. Eu defendo a federalização dos crimes contra os direitos humanos, entre os quais estão os crimes contra os comunicadores e jornalistas, mas, por exemplo, para mim, o caso de Marielle Franco seria claramente federalizado. A Deputada Benedita sabe, não foi. O incidente de deslocamento de competência para a esfera federal é muito complexo e difícil de ser estabelecido. Nós só conseguimos fazer isso no Brasil com o caso de um advogado, Manoel de Mattos, que atuou na divisa entre Paraíba e Pernambuco e defendia a luta pela terra. Nem o caso da Irmã Dorothy nós conseguimos trazer para a esfera federal, mas conseguimos responsabilizar os matadores dela, depois de muitos anos.

Entre as recomendações, além dessas duas primeiras, creio que temos que nos comunicar imediatamente com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ sobre o caso do jornalista Valério Luiz, que foi morto em 2012.

Há ações do Poder Executivo e ações do Poder Legislativo, e, em 2019, agora, em abril, o juiz do caso disse que não realizaria o júri popular na cidade de Goiânia por não haver segurança para isso. Então, o CNJ tem que garantir isso a esse juiz e ao conjunto de pessoas envolvidas, nem que tenhamos que falar com o Presidente do CNJ e com o Ministro Toffoli. Acho que esse caso é para a Comissão de Direitos Humanos tratar até o fim, neste ano.

Quanto à questão da incitação de jornalistas no Código de Ética, o Deputado Túlio respondeu que devemos tratar disso. Talvez ele mesmo pudesse produzir uma minuta para podermos discutir como Comissão.

Anotei aqui a não criminalização de notícia falsa. Mas, ao mesmo tempo, tivemos uma audiência sobre *fake news* e tiramos dali algumas questões. Então, vamos ter que fazer uma audiência comum sobre *fake news*, em continuidade ao que estamos aqui tratando.

Vamos fazer contato com o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para verificar a proposta deles de resolução para a priorização de casos como os de jornalistas.

Eu queria ainda fazer duas propostas. Uma é a transparência no pagamento de patrocinadores de redes sociais. Eu sei quem paga uma propaganda de televisão, uma propaganda de rádio. Nós sabemos quem é o patrocinador de tal programa. Aparece ali na propaganda. Acho que não deveria haver propaganda subliminar sem se saber quem a paga. Aí vão me perguntar: "E o merchandising?" Eu acho que isso deveria ser mais público. Quem paga as propagandas? Eu entendi isso sobretudo quando ouvi o caso do Google há pouco relatado, que tinha que se entrar judicialmente para buscar essa informação. Então, eu acho que, se redes sociais também têm patrocínio, deveria ser tão público e tão protegido como os meios de comunicação em geral, como existe para a TV, como existe para o rádio. Eu não sei exatamente como, mas se deveria estudar isso, de forma que não se permita o anonimato que a Constituição veda. A Constituição veda o anonimato. Portanto, eu pensei que esse é um aspecto sobre o qual temos que legislar e estudar, claro.

A outra é o projeto de lei ao qual dei entrada no início de 2019, garantindo a todos os veículos de imprensa e a todos os profissionais terem acesso aos locais onde são realizadas as coletivas de imprensa. Acho que a autoridade pública não pode fazer, ela mesma, a escolha, a menos que ela crie um mecanismo que seja universal, como um sorteio. Mas ela não poderia dizer: "Entra a Globo, e não entra a Record" ou "Entra o SBT, e não entra o Correio Braziliense" ou "Entra a Laura, e não entra o Leonardo" ou "Entra esse, e não entra aquele". Acho que a autoridade pública não pode, ela mesma, diante dos brasileiros e brasileiras, fazer a escolha, porque ela representa todo o País. O Estado não é de uma emissora ou de outra, considerando inclusive os veículos que não são grandes, são pequenos, mas que também têm direitos e devem ser observados igualmente para a liberdade de comunicação existir.

Então, eu queria pedir aos colegas apoio ao Projeto de Lei nº 542, de 2019. Não tem Relator.

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Já tem Relator?

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Não tem Relator.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - O Deputado Chico d'Angelo é o Relator? Na Comissão de Cultura mesmo?*(Pausa.)*

Então, se a Presidenta puder pautar o projeto e se o Deputado Túlio puder ser Relator em outra Comissão...*(Risos.)* Quero também entregar aos colegas uma proposta de projeto de lei e vou pedir que a apoiem também como iniciativa comum deste trabalho, se acharem correto.

Concluímos?

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Concluímos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Passo a palavra à Presidenta Benedita da Silva. Faltou alguma coisa?

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Quero apenas dizer que ainda não temos o relatório para poder pautar o projeto de lei. A questão é só essa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. PT - RS) - Está explicadíssimo. A Presidenta Benedita é a eficiência.

Deputado Túlio, V.Exa. já agradeceu, mas nós queremos agradecer a vocês que aqui vieram e a todos e a todas que nos acompanham. Quero também dizer que este é um tema dos direitos humanos e da cultura.

Eu e S.Exa. vamos dizer: "*Muito obrigado*".

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (PDT - PE) - Obrigado, pessoal. Até a próxima!



**56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900  
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-619-619, de 8h às 20h  
Atendimento presencial: de 9h às 19h

[Sobre o Portal](#) [English](#) [Español](#) [Extranet](#)